

Nova CPI mista pode investigar esquema das "sanguessugas"

Requerimento assinado por 229 deputados e 30 senadores pede a criação de uma CPI no Congresso para investigar esquema de desvio de recursos na compra de ambulâncias por prefeituras.

PÁGINA 15

Agricultores protestam e recebem socorro

Enquanto produtores rurais protestavam na Esplanada dos Ministérios, senadores, governadores e prefeitos pediam socorro (que começa a chegar) do governo federal para enfrentar crise.

PÁGINAS 10 A 12

Congresso vota nesta terça mudanças no Orçamento

PÁGINA 14

_____ cidadania

Cartões não tiram o brilho dos cheques

Embora a praticidade dos cartões encante o consumidor, o velho cheque ainda paga a maioria dos contas dos brasileiros. Só no ano passado foram emitidos 2,54 bilhões de cheques, que movimentaram R\$ 2,27 trilhões (valor médio de R\$ 781 por cheque). Esta edição mostra como bloquear pagamentos e excluir o nome do cadastro de cheques sem fundos, além de dicas para sua melhor utilização.

PÁGINA 24

e mais...

AGENDA

Página 2

PERGUNTE AO SENADOR

Página 21

FRASES

Página 21

VOZ DO LEITOR

Página 21

CONHEÇA O SENADO

Página 23

VIOLÊNCIA

Rebeliões de presos em três estados e ataques a policiais e alvos civis em São Paulo mobilizam sociedade e parlamentares, que examinam saídas

Brasil reage ao crime. Senado vota leis rigorosas

Comissão acolhe 11 projetos (dos quais dez seguem de imediato

para a Câmara) visando prevenir ações criminosas e combatê-las com mais rigor

PÁGINAS 2 A 9



OSLAW BRITO/FOLHA IMAGEM

O retrato do medo: em São Paulo, comerciante se esconde atrás de grades durante a onda de violência

gendagendaendagenagendaendagendaendagenda

Acordo pode permitir votação do Fundeb

A pauta do Senado, que está travada por quatro medidas provisórias, poderá ser desbloqueada nesta terça-feira, caso um acordo de líderes seja efetivado e permita que seja votada a proposta de emenda à Constituição (PEC) que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). A matéria foi aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) na forma de substitutivo do relator, senador José Jorge (PFL-PE).

Além disso, por um acordo de lideranças, consta a votação do nome da ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha para o Supremo Tribunal Federal (STF), também

aprovado pela CCJ. O nome da ministra deixou de ser aprovado na sessão deliberativa da última quarta-feira em razão do não cumprimento desse acordo de lideranças por força da reação da oposição a declarações do presidente Lula e do ministro das Relações Institucionais, Tarso Genro, sobre os ataques de violência. Lula afirmou que o país não investiu em educação nos governos anteriores e Genro responsabilizou o ex-governador de São Paulo, Geraldo Alckmin e o atual, Cláudio Lembo, pelos atos violentos do Primeiro Comando da Capital (PCC).

Constam ainda para serem votados pelo acordo dos líderes nomes de diretores de agências reguladoras. São matérias não

incluídas na ordem do dia, mas que devem ser votadas em regime de urgência logo que seja destrancada a pauta.

Na ordem do dia consta, entre outros, projeto estabelecendo que estados e municípios serão igualmente responsáveis por matrícula de alunos, oferta de cursos, capacitação de professores e integração dos estabelecimentos escolares no sistema nacional de avaliação de rendimento escolar (PLC 87/04). A matéria foi relatada favoravelmente pelo senador Cristovam Buarque (PDT-DF).

Outro projeto a ser votado (PLC 841/99) trata da denominação de medicamentos a ser utilizada em prescrições de médicos e odontólogos. O relator é o senador Mão Santa (PMDB-PI), que ofereceu parecer favorável à matéria na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Negociação de líderes pode desbloquear a pauta nesta terça-feira

Aprovada correção da tabela do IR com emenda sobre adesão ao Refis

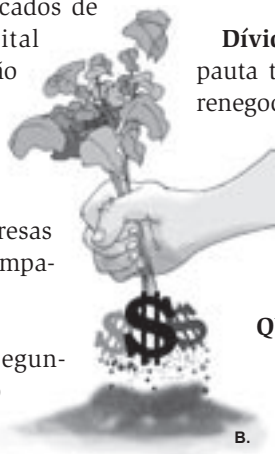
Os senadores aprovaram na última terça-feira a medida provisória (MP 280/06) que reajusta em 8% a tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física, válida a partir de 1º de fevereiro de 2006. A partir de alteração ocorrida na Câmara, foi aprovado no mesmo texto dispositivo que concede às empresas em débito com o fisco prazo de 120 dias para aderirem ao Programa de Recuperação Fiscal (Refis). O programa permite às empresas pagarem dívidas relativas a impostos e contribuições em até 180 parcelas mensais ou em prestações determinadas por percentual de faturamento.

O relator da matéria, Romero Jucá (PMDB-RR), que apresentou parecer favorável, informou a in-

existência de compromisso por parte do governo quanto à sanção da proposta, devido a inclusão da emenda sobre o Refis pela Câmara.

A MP volta à Câmara porque foram feitas três modificações pelos senadores. Uma delas excluiu parte do dispositivo do Refis que suspendia o processo criminal contra dirigente de companhia investigada pela prática de crimes contra a ordem tributária, tais como falsificar documentos.

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), Ideli Salvatti (PT-SC), Tião Viana (PT-AC) e Sibá Machado (PT-AC) manifestaram-se contrários à emenda do Refis. Já Valdir Raupp (PMDB-RO) e Ramez Tebet (PMDB-MS) defenderam sua aprovação.



Dívidas rurais – Continuam em pauta três projetos que prevêm a renegociação ou anistia das dívidas de agricultores com programas de crédito rural. Além disso, os senadores discutem propostas sobre cooperativismo.

QUINTA-FEIRA

9h30 – RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

Defesa – Audiência vai discutir o impacto do crime organizado nas grandes cidades sobre a defesa nacional. Foram convidados o secretário nacional de Segurança Pública, Luiz Fernando Corrêa; o coordenador de Fronteiras da Polícia Federal, Mauro Spósito; o presidente da Associação dos Delegados do Rio de Janeiro, Wladimir Sérgio Reale; e a chefe do setor de investigação da Delegacia de Repressão a Entorpecentes, Marina Maggessi.

Comissões

TERÇA-FEIRA

10h – ASSUNTOS ECONÔMICOS

Mercado de ações – Está prevista audiência pública para discutir projeto que transfere ao patrimônio nacional as ações de membros não identificados de sociedades anônimas de capital aberto. Entre os convidados, estão os presidentes da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e da Associação Brasileira das Companhias Abertas, além de representantes de grandes empresas como a Gerdau, a Klabin e a Companhia Melhoramentos.

Contingenciamento – Na segunda parte da reunião, projeto incluído na pauta impede o Executivo de contingenciar parte dos recursos previstos pelo Orçamento. **Autor:** senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA). **Relator:** senador Osmar Dias (PDT-PR).

11h – EDUCAÇÃO

Crimes na informática – Estão na pauta três propostas que tipificam os crimes de informática, definindo as penas. Proíbem também o acesso de terceiros não autorizados ao conteúdo particular mantido

em redes de computadores (PLSs 76/00, 137/00 e 89/03).

QUARTA-FEIRA

11h – AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

Plenário

SEGUNDA-FEIRA

14h - Sessão não-deliberativa

TERÇA-FEIRA

14h - Sessão deliberativa

Títulos brasileiros - Está em discussão o projeto da MP 281/06, que isenta de CPMF e de Imposto de Renda os rendimentos dos títulos da dívida brasileira comprados por beneficiários residentes no exterior. Ela também tranca os trabalhos do Plenário.

Dinheiro para transportes - A MP 282/06, que libera R\$ 57,5 milhões para obras emergenciais na malha rodoviária federal, e a MP 283/06, que reestrutura carreiras da administração pública, são as outras propostas que trançam a pauta.

QUARTA-FEIRA

14h - Sessão deliberativa

Agenda em aberto - Como a pauta

está travada, a definição da agenda depende do resultado da sessão anterior. Se não forem votadas nesta terça-feira, as MPs continuam na pauta das sessões seguintes.

QUINTA-FEIRA

14h - Sessão deliberativa

Agenda em aberto - Com a pauta travada, a definição da agenda depende do resultado da sessão anterior. Caso as MPs sejam votadas, os senadores podem discutir a proposta de emenda constitucional que obriga o presidente da República a participar das sessões de abertura de cada ano legislativo (PEC 64/99). Atualmente, o presidente só comparece na sessão de abertura da legislatura, de quatro em quatro anos, para sessão de posse do Congresso recém-eleito. Também pode votar a proposta que aumenta o rol de atividades do jornalista profissional.

SEXTA-FEIRA

Agenda em aberto - Como a pauta

Presidência



GERALDO WAGELA

Em reunião realizada na última terça-feira com os integrantes do Colégio Nacional de Secretários de Segurança Pública (Conseps) – entidade presidida pelo secretário de segurança pública do Rio Grande do Norte, Glauberto Bezerra –, o presidente do Senado, Renan Calheiros, apoiou as reivindicações da entidade por mais verbas para o setor.

Renan defendeu proposta de sua autoria que vincula recursos orçamentários para a segurança e obriga o repasse integral deles, como já é feito com os recursos destinados à educação e à saúde (PEC 60/05). Ele lembrou que o trâmite do Orçamento está passando por uma reformulação e disse que, além do contingenciamento, outros problemas são o déficit penitenciário e os de mandados de prisão que não são executados.

A reunião foi motivada pela inédita escalada de violência e ataques à polícia que atinge São Paulo desde a semana passada, e pelos motins em presídios registrados em Mato Grosso do Sul e no Paraná. Renan anunciou que o Senado vai agir firmemente na defesa da lei e da ordem.

Um outro projeto de Renan – que é ex-ministro da Justiça – para o setor de segurança pública (veja página 3) é o PLS 220/03, que tramita na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e cria o Programa de Subsídio Habitacional para Policiais Militares e Civis, com recursos a serem operacionalizados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central. Além dos integrantes das polícias Civil e Militar, o programa atende também os corpos de bombeiros militares.

"Violência atenta contra Estado de Direito"

Renan Calheiros afirmou que a ação homicida coordenada pela organização criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC) em São Paulo e outros estados é mais do que um atentado contra os profissionais de segurança e a população civil. – É um atentado contra o Estado de Direito, e isso os Poderes constituídos e as

instituições não podem aceitar – disse o senador. Renan disse estar satisfeito com a aprovação de 11 projetos sobre segurança na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Para ele, os momentos de pânico e de tensão sempre devem ser utilizados para fazer o aperfeiçoamento institucional.



SEGURANÇA PÚBLICA CCJ aprovou criação de regime de segurança máxima para líderes de facções criminosas

Senado reage à violência com leis



Amir Lando, Demostenes Torres, César Borges, Juvêncio, Cristovam e Tourinho em reunião da CCJ que aprovou rapidamente conjunto de medidas emergenciais voltadas para a segurança pública

CCJ acolhe 11 propostas em uma semana

O pacote de medidas emergenciais para melhorar a segurança pública acolhido pela CCJ na semana passada inclui uma proposta aprovada pelo Senado em 2003, mas rejeitada pela Câmara: a que cria o regime disciplinar de segurança máxima (RDMax), mais severo que o atual regime disciplinar diferenciado (RDD), dirigido a presos que continuam oferecendo perigo à comunidade, a exemplo do assaltante Marcos Camacho, o Marcola, apontado como principal líder do Primeiro Comando da Capital, o PCC (veja quadro).

Além desse projeto (PLS 179/05), a CCJ aprovou outras dez propostas, a maioria relatada pelo senador Demostenes Torres (PFL-GO), em caráter terminativo, como o projeto do senador Renan Calheiros que determina a criação de política habitacional específica para policiais militares, civis e bombeiros militares (PLS 220/03).

Também foi aceito projeto do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) para permitir que interrogatórios e audiências judiciais sejam realizados por meio de videoconferência (PLS 139/06). Pela proposta,

ficam assegurados canais telefônicos para comunicação reservada entre o advogado e seu cliente. Segundo Jereissati, o transporte de presos pelas ruas das cidades, além de ser oneroso, impõe uma série de riscos.

Outro projeto acolhido (PLS 140/06), do senador Alvaro Dias (PSDB-PR), permite que o preso condenado colabore com investigações policiais ou processos criminais em troca de redução de sua pena. Atualmente, a legislação só beneficia o acusado que ainda estiver respondendo a processo.

Já o PLS 135/06, do senador Juvêncio da Fonseca (PSDB-MS), impede que o preso reincidente em crime doloso condenado a prisão seja beneficiado com a liberdade condicional. O presidente da CCJ, senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), é o autor do projeto (PLS 138/06) que permite ao juiz decretar a indisponibilidade de bens de acusado, desde que haja indícios de crime doloso sujeito à prisão.

Dois das propostas aprovadas têm Demostenes como autor e Pedro Simon (PMDB-RS) como relator. O primeiro (PLS 186/04) impede a redução da pena de privação de liberdade já beneficiada com o limite previsto na legislação, de no máximo 30 anos de prisão. Assim, um condenado a 300 anos, que só pode permanecer, no máximo, 30 anos na cadeia, não pode receber outros benefícios que reduzam ainda mais a pena.

O segundo projeto (PLS 140/05) altera o Código de Processo Penal para que bens adquiridos de forma ilícita por pessoas indiciadas por crimes possam ser usados para reparar os danos de suas vítimas. O PLS 474/03, de autoria de Demostenes e relatado por Alvaro Dias, também altera o Código Penal para aumentar o tempo de prescrição de crimes. Os prazos menores serão dobrados, os médios serão acrescidos de quatro anos e o maior passará de 20 anos para 30 anos.

Detalhes sobre as propostas para coibir o uso de celular (PLS 136 e 137/06) estão na página 4.



A onda de violência deflagrada há uma semana, especialmente em São Paulo, voltou a expor deficiências históricas do aparato de segurança pública nacional. Como em outras ocasiões, o Senado reagiu imediatamente, com a aprovação, em caráter terminativo, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de 10 propostas com medidas que, entre outras, mudam o processo penal, instituem a disciplina de segurança máxima e evitam o uso de celulares em estabelecimentos penitenciários (veja quadro). O PLS 137/06 será apreciado pela Comissão de Infra-Estrutura.

Como os projetos ainda precisam cumprir os prazos regimentais e ser votados na Câmara dos Deputados, o Palácio do Planalto já avisou que pode não esperar pelo Congresso e se valer, mais uma vez, de medidas provisórias (MPs) para regulamentar alguns dos temas, como a proibição do uso de celulares em presídios. Sobre esse assunto, a Justiça de São Paulo deu prazo até a sexta-feira da semana passada para que as operadoras de telefonia móvel bloqueassem o serviço

nas penitenciárias.

De acordo com levantamento da Secretaria Geral da Mesa do Senado, existem 188 propostas somente sobre matéria penal tramitando no Senado, entre elas oito propostas de emenda à Constituição (PEC), como a do presidente do Senado, Renan Calheiros, que propõe a vinculação dos recursos destinados para a segurança pública, a exemplo do que acontece com o orçamento da saúde (PEC 60/05). A não liberação de recursos (veja página 7) é, na opinião de Renan, um dos principais problemas.

– Contem com nossa participação na pressão que é possível ao Congresso fazer junto ao governo. Além do contingenciamento, temos grande déficit penitenciário e cerca de 200 mil mandados de prisão que não são executados – afirmou Renan em encontro que manteve com secretários de Segurança Pública na semana passada.



Antonio Carlos Magalhães, presidente da CCJ: esforço decisivo para aprovar projetos

Projetos aprovados pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

PLS 220/03	Determina a implementação de programa habitacional para facilitar a aquisição de moradias por bombeiros e policiais, militares e civis
PLS 474/03	Aumenta prazos de prescrição de crimes
PLS 186/04	Estabelece que o cumprimento de pena privativa de liberdade, cujo prazo máximo é de 30 anos, não poderá ser reduzido
PLS 140/05	Permite que o Estado use os bens dos presidiários para reparar danos que ocorram nos presídios durante rebeliões
PLS 179/05	Institui o regime disciplinar diferenciado de segurança máxima (RDMax), prevendo a ampliação do prazo de isolamento do preso de alta periculosidade por 720 dias, com possibilidade de prorrogação ou de conversão para o regime disciplinar diferenciado, mais brando e já disciplinado em lei
PLS 135/06	Impede a concessão de liberdade condicional para o preso reincidente em crime doloso
PLS 136/06	Torna a utilização de telefone celular por presidiários falta disciplinar grave, passível de punição com o regime de isolamento
PLS 137/06	Obriga as empresas operadoras de celulares a bloquear o sinal dos aparelhos nas penitenciárias estaduais e federais para impedir a comunicação por telefones móveis no interior desses estabelecimentos
PLS 138/06	Permite ao juiz decretar a indisponibilidade dos bens de pessoas indiciadas em processos judiciais, cujo crime prevê punição de reclusão
PLS 139/06	Permite que interrogatórios e audiências judiciais sejam realizados por videoconferência, para evitar riscos nos deslocamentos de presos
PLS 140/06	Cria a delação premiada para presos já condenados, permitindo que eles colaborem, de forma voluntária, com investigações policiais ou processos criminais, para ter suas penas reduzidas nos termos da legislação vigente. Atualmente, só é beneficiado pela lei quem está apenas respondendo a processo

Matérias que devem ser votadas nesta semana

PEC 22/01 (tramita com a PEC 60/05)	Vincula parte da receita obtida com a arrecadação de impostos à aplicação obrigatória em projetos de segurança pública
PLS 134/06	Proíbe o contingenciamento de verbas orçamentárias destinadas a programas na área de segurança pública

Novo regime disciplinar limita visitas e outras regalias

O projeto de lei do governo federal que cria o regime disciplinar diferenciado para tratar com maior rigor presos considerados perigosos foi aprovado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado, transformando-se em lei em 2003.

Naquela ocasião, no Senado, a proposta foi analisada pela Sub-

comissão de Segurança Pública e pela CCJ, onde foi incluído um novo regime diferenciado: o regime disciplinar diferenciado de segurança máxima (RDMax). A proposta será reencaminhada para a Câmara, depois de aprovada em caráter terminativo pela CCJ. Conheça as diferenças entre os dois regimes.

Regime disciplinar diferenciado*

- ▶ Atinge o preso provisório que cometa crime doloso ou promova a subversão da ordem ou da disciplina interna do estabelecimento penitenciário; o preso ou condenado que apresente alto risco para a ordem e a segurança do estabelecimento penal ou da sociedade; ou o preso provisório ou condenado sobre o qual recaiam suspeitas fundadas de envolvimento ou participação em organização criminosa
- ▶ Duração máxima de 360 dias, que podem ser prorrogados até o limite de um sexto da pena aplicada
- ▶ Recolhimento em cela individual
- ▶ Visitas semanais de duas pessoas, sem conta crianças, com duração de duas horas
- ▶ Banho de sol de até duas horas por dia

Regime disciplinar diferenciado de segurança máxima**

- ▶ Atinge o preso provisório ou condenado sobre o qual recaiam indícios fundados de envolvimento com organização criminosa
- ▶ Duração máxima de 720 dias, que podem ser prorrogados
- ▶ Recolhimento em cela individual
- ▶ Visitas mensais, limitadas a, no máximo, dois familiares, separados por vidro e com comunicação via telefone, com filmagem e gravação
- ▶ Banho de sol de até duas horas por dia
- ▶ Proibição de entrega de alimentos ou bebidas
- ▶ Proibição de telefones, som, televisões e rádios
- ▶ Proibição de comunicação com outros presos e com agentes penitenciários nos banhos de sol
- ▶ Monitoramento completo do preso
- ▶ Contatos mensais com advogados
- ▶ Prisão em estabelecimento penal localizado em estados distantes do local de influência da respectiva organização criminosa

* Instituído pela Lei 10.792/03.

** De acordo com o relatório do senador Tasso Jereissati acolhido pela CCJ em julho de 2003 e de acordo com o relatório do senador Edison Lobão aprovado pela CCJ na semana passada.

SEGURANÇA PÚBLICA Redução dos investimentos é um dos principais incentivos ao aumento da criminalidade



Em ação coordenada, na semana passada, detentos se rebelam em Foz do Iguaçu (PR), repetindo cenas vistas em dezenas de presídios de São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul

AUREA CUNHA/GAZETA DO POVO

Gastos federais com segurança caem 11%



O principal problema da segurança pública no Brasil é o mesmo que afeta outras áreas de atuação do governo: a falta de investimentos. Pior ainda quando o dinheiro, que já é pouco, diminui. E foi justamente isso o que aconteceu no ano passado. Os gastos do governo federal com segurança pública diminuíram 11% em 2005, conforme dados publicados pelo *site* Contas Abertas. Foram investidos R\$ 475 milhões, contra os R\$ 533 milhões aplicados em 2004.

O Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), criado para financiar projetos dos governos estaduais e municipais, teve os valores reduzidos em 26%. O terceiro mais atingido pelo corte foi o Fundo Penitenciário Nacional (Funpen), que teve diminuição de R\$ 55,2 milhões. Houve

aumento apenas no repasse de recursos para o Departamento de Polícia Federal e para o Fundo de Aparelhamento da Polícia Federal.

Fundo Nacional de Segurança Pública teve orçamento reduzido em 26%

Conforme dados do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), a região Nordeste foi a mais prejudicada pela queda nos investimentos do Fundo Nacional de Segurança Pública em 2005. O Maranhão foi o mais afetado e contou com apenas R\$ 571 mil. No ano anterior, a verba do Maranhão foi de R\$ 2,4 milhões. Entre os estados que receberam mais dinheiro estão São Paulo, com R\$ 56 milhões, e o Rio de Janeiro,

com R\$ 13 milhões. A redução de verbas atingiu três das cinco mais importantes unidades orçamentárias do Ministério da Justiça. O Departamento de Polícia Rodoviária Federal (PRF) foi o mais afetado. Em 2004, tinha R\$ 19,5 milhões em recursos. No ano passado, R\$ 7,7 milhões.

Integração das polícias ainda longe da realidade

Os ataques ocorridos em São Paulo na última semana reacenderam o debate sobre a falta de sintonia entre as diferentes forças policiais do país para combater organizações cada vez mais coesas e de alcance nacional e até internacional. Falta integração não apenas entre as esferas federal (Polícia Federal, Polícia Rodoviária etc.) e estadual (polícias Civil e Militar), mas também entre as polícias Civil e Militar dentro de um mesmo estado – para não falar nas guardas civis metropolitanas.

O governo federal abandonou a proposta de unificar as polícias Civil e Militar, prevista no programa de governo do PT. Em vez disso, criou o Sistema Único de Segurança Pública (Susp), com o objetivo de integrar municípios, estados e União no combate ao crime, com a formação de um banco de dados de segurança comum. Segundo o secretário nacional de Segurança Pública, Luiz Fernando Corrêa, a opção feita pelo governo foi aperfeiçoar as instituições existentes,

em vez de promover mudanças drásticas.

No programa de governo “Segurança Pública para o Brasil”, apresentado pelo então candidato Lula em 2002, previa-se a unificação gradual das polícias estaduais. O texto apontava falhas no inquérito policial como ele é hoje, sugerindo a adoção de um relatório sumário, que não traria indiciamento de suspeitos. Acontece que a polícia civil dos estados não demonstra interesse em abrir mão do instrumento. No Susp, as diversas instituições ligadas à segurança pública (polícias estaduais e federal, Ministério Público e Judiciário) formam o Gabinete de Gestão Integrada nos estados, cuja função é compartilhar dados e traçar estratégias em conjunto.

O grande problema é que o governo até hoje não conseguiu implementar o Susp conforme o previsto. Além disso, o projeto esbarra na resistência das polícias, que hesitam em compartilhar informações sensíveis.

Estatuto do PCC fala até em “hombridade”

O grupo criminoso autodenominado PCC (Primeiro Comando da Capital) existe desde o começo da década passada. Acredita-se que ele tenha sido fundado em 1993 por um grupo de presos da Casa de Custódia de Taubaté (SP), na época tida como a prisão mais segura do país. Marcos Willians Herbas Camacho, o Marcola, assumiu a liderança do PCC no final de 2002, quando destituiu e jurou de morte os então líderes Cesinha e Geleião.

O PCC é responsável pelas maiores rebeliões nas prisões paulistas nos últimos anos e está ligado ao tráfico de drogas, seqüestro e roubo de bancos. O uso de celulares dentro das penitenciárias é apontado como o principal meio de comunicação entre os membros da facção presos e os em liberdade.

Para conseguir dinheiro para o caixa da facção, os membros do PCC exigem que os “irmãos”, como são tratados os detentos



O criminoso Marcola (na foto, em depoimento) é o líder do PCC. Assumiu o poder jurando de morte seus antecessores

integrantes do grupo, paguem taxa mensal de R\$ 50; os que estão em liberdade, R\$ 500. O dinheiro é usado para comprar armas e drogas, além de financiar ações de resgate de presos ligados ao grupo.

Para se tornar membro do PCC, o criminoso precisa ser apresentado por um outro que já faça parte da organização e

que se responsabilize por suas ações. Todos têm de cumprir um estatuto, que tem 16 artigos, entre eles o que diz: “O partido não admite mentiras, traição, inveja, cobiça, calúnia, egoísmo, interesse pessoal, mas sim: a verdade, a fidelidade, hombridade, solidariedade e o interesse comum ao bem de todos, porque somos um por todos e todos por um”.

Líder passou metade da vida atrás das grades

Ao tornar-se chefe máximo do PCC, após uma guerra interna em que sua ex-mulher foi assassinada, em outubro de 2002, Marcos Willians Herbas Camacho, o Marcola, fez do tráfico de drogas no interior paulista a principal atividade dos subordinados. Mas ele começou sua carreira criminosa batendo carteiras e furtando toca-fitas de quem passava pela

Baixada do Glicério, no centro de São Paulo.

À frente do PCC, Marcola domina 6 mil seguidores reconhecidos e um número muito maior de criminosos que ajudam em pequenas tarefas. Acredita-se que a maioria dos mais de 100 mil detentos de São Paulo aceita algum tipo de influência do chefe do PCC.

Aos 37 anos, o chefe passou

a metade da vida na cadeia – na Febem e em presídios. Gaba-se de ter lido milhares de livros, uma proeza para qualquer pessoa – ainda mais para quem, como ele, terminou o ensino fundamental atrás das grades. Usa o que aprendeu nas leituras para convencer os colegas. Dizem que faz questão de estar com o cabelo bem cortado e o uniforme impecável.

Autoridades tentam impedir celulares em presídios

Diante das evidências que o uso de celulares ajudou na articulação dos ataques generalizados a policiais e rebeliões em penitenciárias, Executivo, Judiciário e Legislativo tomam medidas para evitar que celulares sejam usados por presos. Apesar de o problema ser antigo, nunca houve sintonia entre o governo e as autoridades para evitar o problema. A CCJ do Senado aprovou parecer favorável ao projeto 137/06, do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), pelo qual as operadoras de celulares devem, em 180 dias, instalar bloqueadores de sinais de radiocomunicações nas penitenciárias. A Comissão de

Serviços de Infra-Estrutura (CI) dá a decisão final sobre o projeto. Por determinação da Justiça, as operadoras de telefonia celular começaram a suspender o sinal de antenas próximas a presídios em seis cidades de São Paulo. Cerca de 750 mil habitantes em Araras, Araraquara, São Vicente, Presidente Venceslau, Franco da Rocha e Avaré poderão ter dificuldades ficar com os aparelhos mudos. Além do combate à corrupção de agentes penitenciários, que torna possível a entrada de celulares nos presídios, outra forma de impedir as conversas é por meio de aparelhos conhecidos como bloqueadores, presentes em penitenciárias como a de

Presidente Bernardes (SP). Ainda assim, os presos conseguem driblar os dispositivos que ficam desatualizados por meio de novas frequências de telefonia. As operadoras de telefonia afirmaram que não lhes competiria bloquear as chamadas dos presos, mas a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) levou as empresas a tomar as providências exigidas. A CCJ também aprovou em caráter terminativo o PLS 136/06, do senador César Borges (PFL-BA), que altera a Lei de Execução Penal para prever como falta disciplinar grave a utilização de telefone celular pelo preso, passível de punição com regime de isolamento.

SÉRGIO LIMA/FOLHA IMAGEM

SEGURANÇA PÚBLICA Vinte e seis anos depois, relatório de CPI do Senado sobre violência é tristemente atual

Criminalidade faz parte da rotina nacional há décadas

JORNAL ESPECIAL DO SENADO

“O momento no Brasil é desses em que a violência e a criminalidade têm alcançado índices que tocam as raíais do intolerável.” Essa frase é parte do diagnóstico da violência no Brasil realizado no Senado pela CPI da Violência Urbana, que encerrou seus trabalhos em 1980. Lido hoje, o relatório não perdeu sua atualidade, tanto na situação observada, quanto na identificação de necessidades de mudanças legais. Uma Constituinte e 26 anos depois, o texto é atual. A seguir, o **Jornal do Senado** selecionou algumas passagens do relatório, assinado pelo relator, então senador Murilo Badaró (PDS-MG).



Violência e criminalidade registradas em São Paulo semana passada já eram “intoleráveis” em 1980

Unificação das polícias

“Entre as falhas graves do sistema oficial de repressão à violência está a organização policial tumultuada, com entidades federais e estaduais, militares e civis, numa inevitável superposição, onerando demasiadamente os cofres públicos e, contraditoriamente, reduzindo a segurança dos cidadãos. Essa multiplicidade de organizações não tem um comando comum, acarretando conflitos de atribuições e diluição de responsabilidades.”

“O complexo Polícia-Ministério Público-Justiça apresenta deficiências clamorosas. A dualidade Polícia Civil-Polícia Militar gera rivalidades, incertezas e choques de atribuições. A escassez de recursos e a baixa remuneração do policial acarretam dificuldades de seleção de elemento humano mais qualificado. A ocorrência, em escala insuportável, de corrupção e violência em organismos policiais e o enquadrilhamento de muitos de seus agentes geram a desconfiança e a oposição de amplos setores da comunidade. Tudo isso repercute na inoperância e/ou ineficiência da ação policial preventiva e repressiva da criminalidade.”

Sistema penitenciário

“O sistema penitenciário apre-

senta presídios superlotados, pavorosos depósitos de pessoas, onde o criminoso primário ou ocasional, muitas vezes mal saído da adolescência, é obrigado a conviver com delinquentes habituais, altamente agressivos, portadores até mesmo de psicopatias. O encarceramento utilizado para punir a violência e evitar sua reiteração acarreta efeito contrário, contribuindo para que criminosos ocasionais se convertam em profissionais do crime.”

“O sistema carcerário e penitenciário, falho e obsoleto, com estabelecimentos em número insuficiente, e estes, por sua vez, com instalações inadequadas e pessoal despreparado, superpopulação e promiscuidade, com o cortejo de violências físicas e morais, ociosidade e ruptura dos laços familiares dos delinquentes, funcionam como verdadeiras universidades do crime. O egresso, piorado no sistema ao invés de recuperado, e rejeitado pela sociedade, é candidato à reincidência.”

Justiça

“O Judiciário padece do mal do emperramento e da dificuldade de acesso dos mais desfavorecidos. Alguns aspectos da legislação processual vigente favorecem em

demasia os autores de delitos.”

Êxodo rural

“A urbanização tornou muito evidente a existência de grande desequilíbrio na distribuição da riqueza e quanto às oportunidades de ascensão na escala social. A par da ‘ilusão urbana’ houve também a atração exercida pela real superioridade de potencial de ganho nas atividades urbanas. Desse modo, surgiu na cidade a categoria do ‘refugiado econômico’. A falta de apoio e estímulo para o retorno ao campo, bem como o gozo efetivo de algumas vantagens, têm contribuído para que o migrante rural permaneça na cidade, ainda que vivendo em situação marginal.”

“O fenômeno da urbanização da vida social, grande responsável pela deterioração da qualidade de vida, incluindo o estímulo à violência, é fruto do mito do desenvolvimento econômico.”

“É o modelo de desenvolvimento perverso que aí está, concentrando riqueza, oprimindo os trabalhadores, propiciando do campo intensa migração para as cidades. É o próprio estilo do desenvolvimento, implantado no campo deste país, que nos levou a isso: inchando as cidades, ge-

rando violência urbana.”

“Em estrita correlação com o aceleração da industrialização e da urbanização, aumenta o êxodo rural, provocado pelas melhores condições de remuneração, previdência, saúde e educação nas cidades – sobretudo nas maiores – e pelas correspondentes marginalização, pobreza e abandono do homem do campo bem como pela dificuldade de acesso do pequeno agricultor à propriedade da terra, persistindo uma estrutura permanentemente concentracionária, e pela mecanização e substituição de culturas tradicionais por outras menos utilizadoras de mão-de-obra. Os desníveis regionais de desenvolvimento incrementam as migrações internas rumo aos centros de economia mais dinâmica.”

Soluções

“Tudo está a demandar um esforço nacional que englobe os poderes públicos das esferas federal, estadual e municipal, as instituições públicas e privadas em geral, as instituições religiosas e a comunidade. Todos têm uma parcela maior ou menor de responsabilidade no enfrentamento do problema.”

Cronologia do crime

Alguns dos episódios mais violentos das últimas décadas no Brasil

Outubro de 1992 - Para conter uma rebelião, a tropa de choque da PM paulista invade o Carandiru, então maior presídio da América Latina. Resultado: 111 presos mortos. O episódio ficou conhecido como Massacre do Carandiru.

Julho de 1993 - O crime que ficaria conhecido como a Chacina da Candelária ocorre na madrugada do dia 23, no centro do Rio de Janeiro. Sete meninos e um jovem, todos moradores de rua, são assassinados a tiros. Dos seis policiais julgados pelo crime, três são condenados e três, absolvidos.

Agosto de 1993 - Cerca de 50 homens encapuzados invadem a favela de Vigário Geral (RJ) e atiram contra moradores de rua, matando 21. Trata-se de uma vingança, porque quatro policiais militares foram mortos dois dias antes no mesmo local. Dos 52 PMs denunciados pelo Ministério Público, apenas sete foram condenados.

Fevereiro de 2001 - O PCC coordena, via telefone celular, 29 rebeliões simultâneas em São Paulo, com um saldo de 30 mortos, a grande maioria alvo de disputas entre gangues rivais nas prisões.

Março de 2002 - Cerca de cem policiais fazem operação em uma estação de pedágio no interior de São Paulo. Segundo a polícia, os 12 mortos seriam integrantes do PCC que planejavam assaltar um avião pagador no aeroporto de Sorocaba.

Junho de 2002 - O jornalista Tim Lopes, da Rede Globo, é torturado e morto no Rio de Janeiro. Ele preparava uma reportagem sobre o suposto abuso de menores de idade e consumo de drogas em bailes funk promovidos por traficantes. O traficante Elias Maluco acabaria condenado a 28 anos e seis meses de prisão sob a acusação de ser o principal responsável pelo crime.

Outubro de 2002 - Uma tentativa de resgate do traficante Fernandinho Beira-Mar (foto) provoca rebelião no presídio Bangu 3 (RJ). Traficantes metralham o Palácio Guanabara - sede do governo estadual -, uma delegacia, carros de polícia e atiram uma granada na entrada de um shopping. A operação teria sido planejada em conjunto pelo Comando Vermelho (CV), do Rio, e pelo PCC paulista.



Novembro de 2003 - O PCC realiza ataques contra dezenas de delegacias, com metralhadoras, bombas caseiras, escopetas e pistolas. Três agentes policiais são mortos e 12 feridos.

Março de 2005 - Chacina deixa 29 mortos nos municípios de Queimados e Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense. Investigação da Polícia Federal apontaria responsabilidade de policiais militares na matança.

Março de 2006 - Sete criminosos roubam dez fuzis em um quartel do Exército em São Cristóvão, no Rio de Janeiro. O Exército ocupa vários morros e favelas da cidade e termina recuperando as armas.

Maio de 2006 - Depois de a Justiça ordenar a transferência de líderes de quadrilha para presídios de segurança máxima, o PCC faz ataques generalizados em São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul. O resultado inclui cerca de 170 mortos, dezenas de ônibus queimados, rebeliões em presídios e agências bancárias atacadas.

Guerra urbana

De um total de 6,7 milhões de ocorrências anuais registradas nas delegacias, cerca de 20% são crimes violentos

Crimes violentos

	Total Brasil		Capitais		Concentração de ocorrências nas capitais (%)
	Número de registros	Taxa por 100 mil habitantes	Número de registros	Taxa por 100 mil habitantes	
Homicídio doloso; lesão corporal seguida de morte; morte suspeita; roubo seguido de morte.	47.183	26,7	16.093	40,1	34,1%
Atentado violento ao pudor; estupro; tentativa de homicídio; tortura.	59.704	33,8	17.388	43,3	29,1%
Extorsão mediante seqüestro; roubos a coletivos, comércio, residência, transeuntes, bancos e de carga.	857.149	484,6	465.323	1.160,0	54,3%
Homicídio culposo (acidente de trânsito); lesão corporal culposa (acidente de trânsito).	294.861	166,7	83.328	207,7	28,3%
Tráfico, uso e porte de drogas.	90.829	51,4	24.713	61,6	27,2%

Fonte: Ministério da Justiça - 2003

SEGURANÇA PÚBLICA Enorme fardo social agrava-se com crescimento do poder do crime organizado nas prisões

Brasil tem 361 mil atrás das grades



Os cerca de 361 mil detentos espalhados em mais de mil estabelecimentos penais e milhares

de delegacias fazem do Brasil um dos dez maiores sistemas penais do mundo. Somente 11 nações – além do Brasil, Estados Unidos, China, Rússia, Índia, Irã, México, Ruanda, África do Sul, Tailândia e Ucrânia – contabilizam mais de 100 mil pessoas mantidas encarceradas pelo Estado. Nos casos americano, chinês e russo, são mais de 1 milhão de pessoas. O Brasil tem um índice de encarceramento de quase um preso para cada 500 habitantes, inferior, por exemplo, ao dos Estados Unidos (um a cada 139), porém bastante superior ao de países latino-americanos como Chile, México e Venezuela.

É um fardo que a sociedade e o Estado não têm sabido enfrentar. Segundo os dados consolidados em dezembro de 2005 pelo Departamento Penitenciário Nacional (Depen), do Ministério da Justiça, apenas o estado de São Paulo – que na semana passada viveu o drama de uma virtual onda de terrorismo contra as forças de segurança e alvos civis, em atentados promovidos por uma organização criminosa que atua dentro e fora das grades, o Primeiro Comando da Capital (PCC) – tinha uma população carcerária de 120 mil pessoas, das quais pouco mais de 70 mil em regime fechado, um número poderoso, quando se considera que 73% dos municípios brasileiros têm menos de 20 mil habitantes.

Ainda que a Constituição de



Ação coordenada pelo PCC teve maior impacto no estado de São Paulo, mas atingiu também Mato Grosso do Sul e o Paraná (foto)

1988 e a Lei de Execuções Penais (1984) contenham garantias explícitas de proteção à população encarcerada, inclusive “o respeito à integridade física e moral”, sabe-se que grande parte desses 361 mil brasileiros cumpre as penas a eles atribuídas pela Justiça em estabelecimentos superlotados, com más condições de ressocialização, poucas oportunidades de qualificação profissional e educacional e à mercê de toda sorte de violência. Mais recentemente, subjugados pelo crime organizado representado pelo PCC, pela Falange Vermelha e tantas outras organizações criminosas.

Superlotação é a realidade. Ressocialização, só uma teoria

Relatório divulgado em 2004 pela Human Rights Watch, organização internacional dedicada à defesa dos direitos humanos, constata que “a realidade no Brasil passa longe das descrições da lei”.

– O sistema penal do país sofre a falta de uma infra-estrutura física necessária para garantir o cumprimento da lei. Em muitos estados, por exemplo, as casas dos albergados simplesmente não existem; em outros, falta capacidade suficiente para atender ao número de detentos. Colônias agrícolas são igualmente raras. Não existem vagas suficientes nos presídios para suportar o número de novos detentos, forçando muitos presos condenados a permanecerem em delegacias durante anos – descreve o documento.

Até o ano passado, ainda segundo as estatísticas do Depen, o déficit no sistema penitenciário nacional era estimado em 90 mil vagas.

– Prisões superlotadas são extremamente perigosas: aumentam as

tensões elevando a violência entre os presos, tentativas de fuga e ataques aos guardas. Não é surpresa que uma parcela significativa dos incidentes de rebeliões seja diretamente atribuída à superlotação – avalia James Cavallaro, diretor no Brasil da divisão das Américas da Human Rights Watch.

Para a ex-secretária nacional de Justiça e professora da PUC-

RJ Elizabeth Sussekind, ninguém mais no país acredita que o sistema carcerário

pode cumprir sua meta original de ressocialização, ou sequer atender ao pressuposto contido na pena imposta ao criminoso: o isolamento da sociedade.

– Se já não é possível acreditar que os apenados poderão ser recuperados para a sociedade pelo meio do trabalho e da reeducação, pois o sistema hoje não oferece essas condições, o mínimo que poderíamos esperar é que ele mantivesse separados aqueles que praticarem crimes pequenos dos realmente perigosos – defende Sussekind.

Em cada país, um sistema penal diferente

Cerca de 80% dos réus considerados culpados na Inglaterra e no País de Gales acabam sendo sentenciados ao pagamento de multas. Na Rússia, a pena de morte pode ser imposta em casos extremos e, ao longo da década passada, uma média de 60 execuções anuais foi levada a cabo. Prisões perpétuas são sentenças comumente aplicadas pelos juízes da França em resposta a homicídios, latrocínios, atos de terrorismo e até mesmo falsificação. Na Itália, por sua vez, como regra, todos os crimes contra o patrimônio são punidos com prisão e multa. Diante de tão variados sistemas legais e penais existentes no mundo, a Organização das Nações Unidas (ONU) decidiu promover, anualmente,

pesquisas destinadas a tabular as informações relacionadas com a prática dos crimes, os processos judiciais e suas conseqüências. Como as informações devem ser fornecidas voluntariamente pelos próprios governos nacionais, a análise não é a mais abrangente possível. No último estudo, relativo a dados estatísticos de 2002, os números confirmam esse cenário marcado pela diversidade. Apenas um pequeno grupo de países admitiu conviver com superpopulação carcerária, sendo que entre eles não havia um elemento comum, como região do planeta ou estágio econômico.

São os países em desenvolvimento, todavia, que, segundo a ONU, tendem a ter mais pessoas aguardando na prisão pelo julgamento, assim como é nas nações mais pobres que

Apenas **11** nações têm mais de 100 mil encarcerados

é dada preferência à privação de liberdade como forma primordial de punição para os delitos mais graves. Os países desenvolvidos, porém, não se mostram condescendentes com os delinquentes mais violentos, em especial, e mais recentemente, no que tange aos crimes contra o Estado.

Conforto na Inglaterra e regalias na França

No Reino Unido, as prisões são divididas por sexo e faixa etária. Havia 128 estabelecimentos penais no país em 2002, divididos em quatro categorias de segurança, além de colônias agrícolas e outros centros de ressocialização onde as penas são cumpridas em regime semi-aberto. Para uma boa parcela dos cerca de 71 mil detentos, a vida não é assim tão dura: muitas prisões dispõem até mesmo de lojas e bibliotecas; em algumas, os presos não são forçados a usar uniforme.

Na Itália, menos da metade dos 56 mil detentos está agrupada em 31 instituições penitenciárias reservadas aos mais perigosos. Os demais cumprem penas em 154 estabelecimentos municipais, sempre segregados por sexo

e idade. A legislação italiana prevê penas alternativas somente nos casos de delitos realmente leves. Tanto que qualquer furto ou roubo é punido com privação de liberdade. Nas cinco diferentes classificações de penitenciárias da França estão mais de 150 mil presos, dos quais apenas um terço – culpados de crimes graves – em regime fechado. Mesmo no país da guilhotina, a pena de morte foi banida a partir de 1981, porém condenações de prisão perpétua ocorrem com considerável frequência nos casos de crimes contra a vida ou contra o Estado. O sistema, porém, guarda semelhanças com o brasileiro

nos regimes semi-aberto e aberto, concedendo regalias aos que têm penas mais brandas, como a possibilidade de trabalhar ou frequentar a escola durante o dia. Um dos dez países do mundo a ter mais de 100 mil

Mais de **500 mil** russos cumprem pena em regime semi-aberto

detentos em regime fechado, a Rússia contabiliza outros 500 mil cidadãos cumprindo penas em sistemas aberto ou semi-aberto. Para os casos mais graves, há 764 estabelecimentos penais, e em todos eles os detentos são obrigados a trabalhar diariamente.

SEGURANÇA PÚBLICA Boas intenções esbarram na falta de investimentos, comprometendo recuperação dos presos

Legislação é moderna, mas falta execução



A trajetória de um preso pelo sistema penal brasileiro deveria ser sempre a mesma, independentemente de sua condição social, raça, cor ou credo. Não é, mais uma vez, o que efetivamente ocorre. Se a Lei de Execução Penal (LEP) fosse seguida rigorosamente, logo após detido pela polícia o suspeito seria levado à delegacia para registro da ocorrência. Dentro de poucos dias, caso não fosse libertado, seria transferido para uma cadeia ou casa de detenção enquanto aguardasse julgamento. Uma vez condenado, seria levado para um dos três tipos de estabelecimento para presos sentenciados – ainda segundo a lei, divididos entre fechados (presídios), semi-aberto (colônias agrícolas etc.) e abertos (casa do albergado, por exemplo). O tipo de estabelecimento vai depender de fatores como a pena imposta, o tipo de crime e o grau de periculosidade.

Na prática, no entanto, essas categorias são muito mais maleáveis e a troca de presos das várias classificações entre os diversos estabelecimentos acaba sendo muito maior do que a lei sugere. No entanto, se ele iniciasse o cumprimento de sua pena em um presídio, deveria normalmente ser transferido para um local de tipo menos restritivo antes de cumprir toda sua pena, permitindo que ele fosse se

acostumando a um grau maior de liberdade antes de retornar à sociedade.

Exemplo da falta de sintonia entre as boas intenções e a realidade é que a LEP não tem como foco a punição, mas a “ressocialização das pessoas condenadas”. Preocupa-se com a humanização do sistema prisional e estimula juízes a fazerem uso de penas alternativas.

– A Lei de Execução Penal, adotada em 1984, é extremamente moderna, reconhece um respeito saudável aos direitos humanos dos presos e contém várias provisões ordenando tratamento individualizado, protegendo os direitos substantivos e processuais dos presos e garantindo assistência médica, jurídica, educacional, social, religiosa e material – reconhece o relatório do Human Rights Watch, ao analisar o sistema penitenciário brasileiro, lembrando que entre a teoria e a prática existe uma grande diferença.

Em vigor desde 1994, as “Regras Mínimas para o Tratamento do Preso no Brasil”, elaboradas pelo governo federal, contém 65 artigos que regulamentam alimentação, assistência médica, disciplina, contato com o mundo exterior, educação, trabalho e direito ao voto dos presos. Baseadas em idêntico documento da Organização das Nações Unidas (ONU), é certamente um dos instrumentos legais menos obedecidos no país.

Dinheiro destinado às prisões fica nos cofres da União

A superlotação é o mais básico e crônico problema do sistema penal brasileiro, porém falta mais disposição política do que recursos para começar a resolvê-lo. Em vez de serem investidos para atenuar o déficit de 90 mil vagas nas prisões, os recursos existentes não são liberados pelo governo federal, servindo para compor o chamado superávit fiscal da União. O Plano Plurianual 2004/2007 previa o investimento de R\$ 996 milhões na construção, modernização e recuperação de novas unidades prisionais, tendo como meta reduzir em mais da metade (de 36% para 15%) o déficit até o último ano do projeto. Os gastos efetivos, porém, ficaram aquém das expectativas.

Do Orçamento de 2005, por exemplo, conforme o Siga Brasil, sistema elaborado pelo Senado para o monitoramento dos gastos federais, da dotação original de R\$ 272 milhões apenas R\$ 78 milhões foram pagos, menos da metade do próprio limite imposto pelo

contingenciamento de verbas do Executivo, de R\$ 162 milhões. O relatório de gestão relativo a 2005 elaborado pelo Departamento Penitenciário Nacional (Depen) confirma que 40% do Orçamento foram contingenciados, “o que prejudicou o alcance das metas físicas previstas nas ações sociais”.

Só no Fundo Penitenciário Nacional (Funpen), criado há 12 anos, existem R\$ 297 milhões em recursos disponíveis (até 15 de maio). Em vez de colaborarem para a melhoria das condições dos presídios, servem como garantia para o superávit primário.

Em 2003, o Depen solicitou ao governo federal a liberação de R\$ 260 milhões em créditos suplementares. O pedido acabou sendo indeferido. Em 2004, uma nova solicitação, no valor de R\$ 158 milhões, também foi negada pela Secretaria de Orçamento e Finanças do Ministério do Planejamento, informou o diretor-adjunto do Depen, Cristiano Andrade.

Autonomia dos estados agrava as disparidades

A rigor, o Brasil não possui um, mas vários sistemas penais. Diferentemente da maioria dos vizinhos latino-americanos, porém à semelhança do modelo norte-americano e de várias nações européias, os 26 governos estaduais e do Distrito Federal administram conjuntos independentes de prisões, cadeias e centros de detenção, cada um com uma estrutura distinta, polícias independentes e, em alguns casos, leis de execução penal suplementares. A variedade também é a tônica em quesitos como níveis de superlotação, custo mensal por preso e salários dos agentes carcerários.

Na maioria dos estados, os sistemas prisionais são administrados pelas secretarias de Justiça, enquanto as secretarias de Segurança Pública gerenciam as polícias e, por extensão, as delegacias, onde 65 mil pessoas estavam presas ao final do ano passado, conforme relatório do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), do Ministério da Justiça. Os estados também têm autonomia para instituir seus próprios sistemas judiciais de supervisão dos presos.

Os estabelecimentos penais espalham-se por todo o país, porém mais concentrados nos arredores das zonas urbanas. São Paulo, o estado mais populoso do Brasil, tem de longe a maior população carcerária. De fato, só o estado de São Paulo mantém cerca de 40% dos presos do país, uma população carcerária maior do que a da maioria dos países latino-americanos. Outros estados com significativas populações carcerárias são Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná e Paraíba. Mas 11 dos 26 estados mantêm menos do que



GUILHERME FILHO/SECOW-MT

Preso fabrica bola no presídio Pascoal Ramos, em Cuiabá: lei prevê ressocialização, o que nem sempre acontece

5 mil presos.

Após a primeira grande rebelião nos presídios paulistas, em 2001, o então presidente Fernando Henrique Cardoso anunciou medidas para reprimir a ação das organizações criminosas dentro das cadeias, entre elas a instalação de bloqueadores de celulares e outros equipamentos. A providência ainda não foi tomada na maioria dos estados.

Já o presidente Lula elegeu-se prometendo construir cinco presídios federais no primeiro ano de mandato. Mas só no próximo

mês será entregue o primeiro deles, em Catanduvas (PR), uma instalação de segurança máxima com 200 celas individuais. Outros dois idênticos devem ser inaugurados ainda este ano em Campo Grande (MS) e Mossoró (RN).

Dentro do Ministério da Justiça, existem duas agências federais ocupadas com a política prisional: o Departamento Penitenciário Nacional e o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária.

O primeiro é incumbido dos aspectos práticos, tais como o financiamento para a construção de novos presídios. Cabem ao segundo as políticas públicas para o setor.

Apenas o estado de São Paulo mantém 40% dos presos de todo o país

O sistema penitenciário no Brasil

SITUAÇÃO	2004	2005	VARIAÇÃO (%)
No sistema penitenciário	262.710	296.919	13,02
Nas delegacias e distritos	73.648	64.483	-12,45
Total de presos ¹	336.358	361.402	7,44
Regime fechado	140.087	149.229	6,52
Regime semi-aberto	32.800	33.856	3,21
Regime aberto	- ²	7.873	-
Provisório	86.766	102.116	17,69
Medida de segurança	3.057	3.845	25,77
Déficit de vagas	62.293	90.360	45,05

¹ Somatório de detentos no sistema penitenciário e sob guarda da polícia nos estados.
² Não foi informado pelo estudo.

As maiores populações carcerárias*

1	SP	120.601
2	RJ	23.054
3	RS	22.621
4	PE	15.817
5	PR	10.817
6	CE	10.116
7	SC	9.570
8	MS	7.891
9	DF	7.299
10	BA	7.144

* Apenas presos recolhidos em estabelecimentos penais, não delegacias ou distritos. Fonte: Departamento Penitenciário Nacional - Dados Consolidados.

Estabelecimentos penais no país

Penitenciárias	340
Presídios	158
Cadeias públicas	409
Casas de albergados	39
Colônia agrícola ou similar	25
Hospital de custódia e tratamento	26
Centros de observação	5
Patronato	4
Total geral	1.006



SEGURANÇA PÚBLICA Senador diz que causas da violência são históricas e que é preciso fazer “revolução da paz”

Cristovam: Brasil vive uma guerra

O Brasil não vive apenas uma grande onda de criminalidade, e sim uma guerra civil, disse na sexta-feira o senador Cristovam Buarque (PDT-DF). Para ele, os ataques recentes em São Paulo foram atos de terrorismo.

Segundo Cristovam, é preciso fazer uma revolução da paz, na qual os governantes invistam em toda uma geração.

– Temos de persistir na revolução da paz no Brasil para acabar a guerra civil que se vive hoje, que não começou na semana passada, em São Paulo, mas há 500 anos. E a responsabilidade não é só dos governantes, mas de todos os políticos – observou.

Cristovam pediu investimentos em educação e saúde pública, além de distribuição de renda, para “parar a fábrica de violência que é a sociedade brasileira”.

O senador criticou a omissão atual do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que nem sequer convocou o Conselho de Defesa Nacional ou ocupou cadeia de rádio e TV para alertar que o Brasil está vivendo uma guerra civil.

Ele sugeriu a criação de uma instituição, um ministério ou um órgão subordinado ao Ministério da Defesa responsável pela segurança pública no Brasil e que trabalhasse para aperfeiçoar as forças policiais do país.

Em aparte, o senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) opinou que as atitudes tomadas pelos governantes não são condizentes com a gravidade do momento. Ele entende que o presidente Lula, em vez de comentar que o problema é decorrente da questão social, deveria apresentar soluções.

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) atribuiu à incompetência e ao descaso do governo os recentes distúrbios ocorridos em São Paulo e outros estados.

– O governo federal não tem liderança nesse processo. Caberia a ele coordenar as ações, envolvendo todas as unidades federativas e estabelecendo a interação necessária para maximizar os recursos, que são escassos – disse.

Como exemplos da negligência, Alvaro apontou o contingenciamento de verbas em 2005 dos fundos que financiam ações de estados e municípios no combate à criminalidade.

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) propôs que os secretários de Segurança de todo o país apresentem um diagnóstico sobre o sistema de segurança pública e sobre o sistema prisional de todos os estados. O objetivo, segundo ela, é embasar a discussão de alternativas “ágeis, concretas e efi-



Cristovam Buarque criticou omissão de Lula em relação a ataques

cazes” de combate à violência.

O senador Paulo Paim (PT-RS) alertou sobre a necessidade urgente de organizar seminário para refletir sobre as causas da violência no Brasil e discutir possíveis soluções. Para o senador, o momento exige firmeza, não apenas por parte do Executivo, mas de todos os Poderes.

O senador Roberto Saturnino (PT-RJ) afirmou que as explosões de violência devem ser entendidas como conseqüências do modelo neoliberal, que, segundo ele, “muitos ingenuamente chamam de modernidade”.

Os atos de violência levaram os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Arthur Virgílio (PSDB-AM) a pedir voto de pesar em Plenário pelas vítimas das ações criminosas.

MOREIRA/MARIZ

Arthur Virgílio rebate críticas de Tarso Genro

O senador Arthur Virgílio (AM), líder do PSDB, criticou na quarta-feira o ministro das Relações Institucionais, Tarso Genro, por declarações feitas a respeito do candidato do PSDB à Presidência, Geraldo Alckmin. De acordo com notícias veiculadas na imprensa, Tarso teria dito que Alckmin, como ex-governador de São Paulo, não estaria assumindo suas responsabilidades sobre a onda de violência no estado.

O ministro ainda teria dito que o governo paulista, tendo à frente Cláudio Lembo, preferiu negociar com os criminosos do Primeiro Comando da Capital (PCC) a aceitar a ajuda oferecida pelo governo federal. Além do líder do PSDB, o presidente do partido, senador Tasso Jereissati (CE), protestou contra as declarações do ministro.

Outra afirmação de Tarso Genro criticada por Arthur Virgílio foi a de que Alckmin “não sabe quais vestidos sua mulher tem no armário”, referindo-se às denúncias de que a primeira-dama paulista teria ganhado peças de roupa de um estilista. O líder do PSDB afirmou que o ministro “é capaz de se escandalizar com isso”, mas não o faz quando se trata das denúncias de corrupção contra o governo federal.

A líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), respondeu às críticas de Arthur Virgílio. Na avaliação de Ideli, a discussão foi uma tentativa de retirar o foco do debate principal sobre

segurança pública – a busca de soluções concretas para o crime organizado – para provocar um condensado de ataques ao presidente Lula.

– Foi a imprensa, não foi o ministro Tarso Genro que disse que houve o acordo; o que ele disse é que estão sendo veiculados indícios de que houve o acordo e que, se isso tiver ocorrido, é grave – disse, reiterando palavras do senador Romero Jucá (PMDB-RR), que já havia afirmado que Genro não fez tais acusações.

Em aparte, o senador Magno Malta (PL-ES) frisou que ouviu do diretor do setor penitenciário de São Paulo, em uma entrevista à imprensa, a confirmação da cessão de TVs para que os bandidos assistissem à Copa do Mundo.

– Esse debate não é politiquês, é grave, temos de discutir, não é uma ilação desse Parlamento – disse Magno Malta.



Arthur Virgílio rebateu afirmações feitas sobre gestão de Geraldo Alckmin

ROOSEWELT/PINHEIRO

Enquete sobre o sistema prisional brasileiro

Principal deficiência do sistema prisional brasileiro:	(%)
Facilidade de acesso a armas, drogas e celulares	25
Convivência entre presos de alta periculosidade com presos menos perigosos	20
Falta de programas de reabilitação	16
Superlotação dos presídios	15
Excesso de regalias aos presos	14
Corrupção dos agentes penitenciários	10
Total	100

Realizada pelo DataSenado com **323 usuários** do Alô Senado no período de 17 a 19/05/2006 (12h).

Senadores pedem rigor contra o crime

O senador João Tenório (PSDB-AL) considerou ainda a necessidade de leis “duras e claras” para inibir a “ousadia assassina” do crime organizado, reforçar o sistema de segurança pública e proteger a vulnerabilidade do cidadão comum.

Já o senador Magno Malta (PL-ES) defendeu a aprovação de uma legislação de exceção para conter a violência no país. Prisão perpétua, redução da maioria penal, tipificação de crime organizado no Código de Processo Penal e a criminalização do uso de drogas ilícitas foram algumas das medidas defendidas por ele.

Ele quer maior rapidez na construção de presídios de segurança máxima, e que eles adotem o modelo italiano, para que o preso cumpra sua pena com dignidade. Naquele país, segundo Magno Malta, as celas abrigam até quatro pessoas. Em

vez de beliches, cada qual tem sua cama e o banheiro tem porta. Os condenados são obrigados a trabalhar para indenizar suas vítimas, o Estado e bancar sua permanência na cadeia.

– Por outro lado, se um preso na Itália queimar seu colchonete, dormirá no chão até trabalhar o suficiente para comprar outro. Por aqui o preso gasta o tempo dormindo, jogando bola e falando ao celular para tramar contra a vida dos cidadãos – afirmou.

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) lembrou que já foi derrotado duas vezes quando trabalhou pela aprovação da prisão perpétua no Brasil.

Demostenes Torres (PFL-GO) criticou o governo por ter se oposto, em 2003, a parte do projeto de reforma da Lei de Execuções Penais (PLC 5.073/01, transformado na Lei 10.792/03), enviado ao Congresso pelo próprio Executivo, que previa exame

criminológico para decidir se o preso deveria ou não ser solto após o cumprimento da pena. De acordo com Demostenes, o Senado aprovou o exame criminológico, que foi retirado na Câmara por ação do governo.

– Atualmente, apenas com um atestado de bom comportamento, o preso é liberado – ressaltou.

O senador João Alberto (PMDB-MA) disse que, quando foi governador do Maranhão (entre 1990 e 1991), afugentou os criminosos do estado por meio de um “governo duro”.

– Não sei para onde foram, mas lá não ficaram – observou.

Já o senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) enalteceu a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) por criar uma comissão especial para apresentar iniciativas legais, de caráter emergencial, a fim de cobrir a violência em todo o país.

Tuma defende atuação da PF no combate à violência

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) disse que a Polícia Federal tem de agir para evitar que a crise de segurança se alastre por outros estados. Tuma destacou que a crise não está sob controle e que o governo paulista não pode recusar ajuda do governo federal.

– A Polícia Federal tem competência para agir, pois se trata do crime organizado, a sociedade está em perigo e há policiais morrendo de graça. Não há razão para pedir, muito menos para rejeitar. Quem tem informações deve passá-las, para estabelecer integração entre os membros da área de segurança – declarou Tuma.

Ele trabalhou como policial de 1967 até 1995. Entrou na polícia por concurso e chegou a diretor-geral da Polícia Federal em 1992. Na opinião do senador, a necessidade de ação das forças federais demonstra-se também no fato de que os ataques têm o caráter de uma ação terrorista organizada para desmoralizar a autoridade.

– Os planos dos bandidos foram detalhadamente elaborados para eliminar covardemente policiais, atacar bancos, provocar o caos com a falta de ônibus – afirmou.

O líder do PSDB, senador

Arthur Virgílio (AM), disse desconhecer as razões que levaram o governador de São Paulo, Cláudio Lembo, a dispensar a oferta de auxílio apresentada pelo ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, para o combate às ações violentas desfechadas no estado. Para Virgílio, a situação em São Paulo talvez justificasse a presença nesse estado das forças especiais da Polícia Federal. Ressaltou, no entanto, que não dispõe dos elementos para avaliar a decisão do governador paulista.

Arthur Virgílio observou que a situação é grave e de nada adianta jogo de culpa entre autoridades das diversas esferas, na tentativa de se fugir da responsabilidade.

Ele afirmou ainda que “não há como combater o crime organizado, lastreado no tráfico de drogas e armas, sem que o governo federal assuma funções de comando, coordenação e liderança”.

O senador Romero Jucá (PMDB-RR), vice-líder governista, sinalizou que a Força Nacional de Segurança, a Polícia Federal e o Exército estão prontos para ajudar a combater os atentados criminosos, desde que os estados solicitem.

SEGURANÇA PÚBLICA Senadores examinam causas da violência e propõem medidas para melhor ação do Estado

Corrupção está na raiz da violência, afirma Simon

Fatos como os ocorridos em São Paulo jamais foram vistos. O testemunho é do senador Pedro Simon (PMDB-RS), para quem uma máfia estaria se instalando no país, em moldes similares à existente na Itália.

Parte da explicação, disse, se deve à corrupção e impunidade que envolve parlamentares e empresários, que daria origem a um caldo de cultura para as ações de violência.

Porém, continuou, na Itália procuradores da Justiça conseguiram desmontar a rede de corrupção, recuperando milhões de dólares para os cofres públicos. Ele lamentou o fato de as conclusões de comissão criada há dez anos com representantes dos três Poderes,

entre as quais a de que a polícia deveria ter vínculo direto com o Ministério Público, terem sido arquivadas.

Proposta de emenda à Constituição (PEC 20/06) de Simon inclui entre as funções do Ministério Público a direção da investigação criminal, com o auxílio da polícia judiciária, como ocorre com êxito em outros países. Para Simon, o sistema atual é moroso por repetir, em juízo, o que foi feito no inquérito policial. Ele entende que a sociedade civil deve se levantar contra a violência, já que Executivo e Legislativo não têm credibilidade. Simon defendeu o governador de São Paulo, Cláudio Lembo, pelas declarações sobre a culpa da “elite branca”.

Borges e Virgílio querem plano único de segurança

Para enfrentar o crime organizado em todo o país, é preciso que o governo federal implante um plano de segurança nacional, com ações unificadas e permanentes envolvendo a União, estados e municípios. A opinião é compartilhada pelos senadores César Borges (PFL-BA) e Arthur Virgílio (PSDB-AM).

Para César Borges, a falta de um plano de ação no governo Lula permitiu que a violência chegasse ao ponto de “guerrilha

urbana” em que chegou. Ele entende que de nada adianta o governo federal interferir agora, colocando tropas federais para combater a violência em São Paulo sem planejamento integrado com o Executivo local.

– Se São Paulo aceitar a ajuda federal, que nada mais é do que uma ajuda pirotécnica de uma polícia política, vai passar a falsa impressão de que o estado não tem condições de lidar com o problema – acredita Borges, que pede ações imediatas para evitar a comunicação de presídios por celulares.

Virgílio sugere que o plano de segurança nacional seja comandado pelo próprio presidente da República, prevendo rigorosa vigilância nas fronteiras, com entrosamento entre todos os estados para aplicação das normas.

– Ao lado disso, caberia aos prefeitos, com o devido apoio, implementar programas sociais destinados a atender especialmente crianças e adolescentes.



Para César Borges, oferta federal é “ajuda pirotécnica de uma polícia política”

Senadores cobram repasse de recursos para segurança

A violência registrada no país se deve também à falta de recursos para a segurança pública. Diversos senadores manifestaram essa opinião, como o senador Alvaro Dias (PSDB-PR), que apresentou projeto proibindo o contingenciamento de gastos orçamentários em segurança pelo governo federal. O não-cumprimento da regra implicaria crime de responsabilidade.

O senador José Agripino (PFL-RN) pediu a liberação dos recursos programados no Fundo Nacional de Segurança Pública (FNS). Segundo ele, o governo reduziu em 11% os investimentos em segurança pública entre 2004 e 2005. O pefelista também condenou a queda de 28% nas verbas federais destinadas ao FNS no biênio. “Isso leva a crer que segurança não é prioridade

no atual governo”, afirmou.

Embora tenha elogiado a oferta de ajuda federal a São Paulo, Agripino considera que melhor seria se as ações previstas no Plano Nacional de Segurança tivessem sido cumpridas no prazo.

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) cobrou a construção dos presídios federais de segurança máxima que haviam sido prometidos no começo do atual governo. “Estamos a seis meses do fim do governo e nenhuma penitenciária de segurança máxima foi construída”, disse.

Por acreditar que a educação é meio de prevenção da violência, o senador Osmar Dias (PDT-PR) pediu que o presidente Lula libere recursos para o setor. Segundo ele, os investimentos precisam ser fiscalizados, pois não vêm sendo feitos devidamente.

Jefferson Péres pede debate sobre drogas

Como forma de extinguir o narcotráfico, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) propôs a realização de amplo debate com a população, a universidade e os políticos sobre a legalização da venda de drogas.

– Enquanto houver consumo de drogas, haverá tráfico. E consumo haverá sempre – observou.

O senador esclareceu, porém, que a medida só poderia valer se adotada por vários países. Do contrário, poderia ser criado um “narcoturismo” no Brasil, que passaria a ser um mercado para o tráfico internacional.

Heloísa Helena (PSOL-AL) acrescentou que, como único mercado livre de drogas, poderia ser fartamente abastecido pelos produtores, o que faria o preço cair e, diante da ausência de programas de prevenção, levaria a um grande aumento do consumo.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apoiou a ideia da discussão, até por não ter opinião formada sobre o assunto. Ele também opinou que a descriminalização apenas no Brasil seria difícil, mas não impossível.

Péres ressaltou ainda a necessidade de realizar investimentos sociais simultaneamente ao desenvolvimento de uma política nacional de segurança pública, que envolveria aparelhamento das polícias, mudança da legislação penal e reforma no sistema prisional.

Os senadores do PT Sibá Machado (AC), Ideli Salvatti (SC) e Fátima Cleide (RO) encaminharam à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) requerimento para que uma comissão externa vá a



Para Jefferson Péres, fim da repressão pode acabar com o tráfico

São Paulo, Mato Grosso do Sul e Paraná para acompanhar os desdobramentos dos atentados da semana passada. A intenção é acompanhar a proteção dos familiares dos policiais assassinados ou feridos e verificar as condições em que morreram suspeitos dos atos criminosos.

Heloísa faz propostas e culpa Executivo

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) apresentou propostas de controle das fronteiras, de identificação de “relações de simbiose” do narcotráfico com outras atividades ilegais e de fiscalização de laboratórios que lidam com substâncias utilizadas na fabricação de drogas.

Heloísa sugeriu a implantação de um sistema único de segurança pública que permita a utilização de cadastros unificados e gestão que impeçam a promiscuidade com o crime organizado. Defendeu ainda condições de trabalho e salários dignos para policiais, bem como programa de proteção a vítimas e testemunhas “conseqüente e eficaz”.

– É essencial impedir, no sistema prisional, a violação da dignidade dos presos, para evitar que eles sejam protegidos e treinados por facções criminosas.

Para isso, salientou, é necessário lhes garantir escolaridade, inserção em atividades produtivas e correta classificação por crime e grau de periculosidade.

A senadora rechaçou as afirmações de que toda a população seria responsável pelos problemas na segurança pública. Para ela, quem está no Poder Executivo é que tem de tomar providências.

Essa história de que a responsabilidade é de todos significa que ninguém assume responsa-

bilidade. E o governo Lula, os governos estaduais e municipais têm de dizer exatamente o que estão fazendo – reiterou.

A senadora Iris de Araújo (PMDB-GO) afirmou que o Senado precisa se unir em mutirão “para oferecer alternativa ao país, independentemente de questões partidárias e supostas vantagens eleitorais”.

Iris de Araújo condenou o encolhimento de repasses, informando que existem R\$ 297 milhões disponíveis no Fundo Penitenciário Nacional, sem utilização. Observou também que são necessários mais investimentos em educação para reduzir a criminalidade.

Plenário dá apoio a eficiência da CCJ

A aprovação pela CCJ, em menos de uma semana, de 11 projetos para reforçar a segurança pública (veja página 3), recebeu apoio dos senadores. O presidente da comissão, senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), espera que o governo não interfira na tramitação das propostas. Antonio Carlos pediu que senadores promovam uma ágil aprovação das propostas na Câmara.

Assim como o senador Ramez Tebet (PMDB-MS), Antonio Carlos criticou o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, que manifestou receio pela aprovação de novas leis “às pressas”. Para Tebet, o ministro “ainda não contribuiu de modo algum” no combate à violência.

Ele quer que governo e oposição deixem de lado suas diferenças, pois a tendência é que os ataques do crime organizado contra as instituições espalhem-se pelo país.

– Tenho medo que o absurdo que houve em Carandiru se repita e seja aplaudido pela população. O que o povo quer nesse momento é que nenhum dos criminosos que mataram permaneça vivo – afirmou.

O senador Alberto Silva (PMDB-PI) assinalou que o país necessita de uma legislação de emergência para enfrentar a violência e a criminalidade, como feito pela CCJ. Alberto Silva também ressaltou o problema da superlotação de cadeias: “Nesses locais não há espaço para viver. Os presos deixam de ser humanos para se tornarem feras”.

Ney Suassuna (PMDB-PB) elogiou a decisão da CCJ e disse esperar a contribuição de projetos seus, em tramitação, que tratam de punições a menores infratores reincidentes com mais de 16 anos; criação

de presídios agrícolas; indisponibilidade de bens para quem lava dinheiro; transferência de presídio para bandidos de quadrilhas; federalização de crimes; punição severa para

crimes contra idosos, crianças, deficientes e turistas; e prisão perpétua.

Ideli Salvatti (PT-SC) confirmou que seu

partido não entrará com recurso para levar a Plenário os projetos aprovados na CCJ, que seguirão diretamente à Câmara. Lá, frisou, o PT vai apresentar sugestões.

Ideli ressaltou que o PT tem preocupações com três propostas: o PLS 140/05, que cria a delação premiada; o PLS 474/03, que aumenta prazos prescricionais; e o PLS 179/05, que institui o regime disciplinar diferenciado de segurança máxima.

Mesmo com ressalvas a três projetos, Ideli diz que PT não vai recorrer

CRISE NO CAMPO Em espera, novas medidas para salvar agronegócio e negociação de dívidas do Nordeste

MARLI BERTOTTI



Em Erechim, no Rio Grande do Sul, trabalhadores rurais aderem ao movimento de protesto por melhores condições para o desenvolvimento da agricultura no país

Produtores aguardam pacote agrícola



Com o compromisso de anunciar o pacote agrícola até o dia 25 deste mês e dificuldades em administrar as pressões no Congresso por uma ampla renegociação do endividamento da agropecuária a partir do Nordeste, depois da derrota que sofreu na Câmara na votação da Medida Provisória 285, o governo já começa a dar sinais de que deve fazer para apoiar não só o agronegócio, mas também os demais setores que estão sofrendo com a desvalorização do dólar.

Na última semana, o Ministério da Fazenda confirmou estudos de medidas para refrear o fluxo de dólares obtidos com as vendas externas, permitindo, por exemplo, que o exportador mantenha no exterior parte da receita que obtém nessas transações para pagar o que importa em moeda estrangeira. Essa alternativa já está prevista no projeto de lei complementar (PLS 32/06) apresentado em fevereiro pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, e pelo líder do governo no Congresso, senador Fernando Bezerra (PTB-RN), que atualiza a legislação cambial.

Outra providência foi a divulgação de um novo processo para fabricação de diesel, gás de cozinha (GLP) e gasolina, com a mistura do petróleo a óleos vegetais, especialmente o de soja. Além de reduzir as importações de diesel, cobustível que tem encarecido o frete dos produtos agrícolas no Centro-Oeste, a medida cria nova demanda para a soja, com a possível utilização de 1,2 milhão de toneladas, pelas estimativas do ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues.

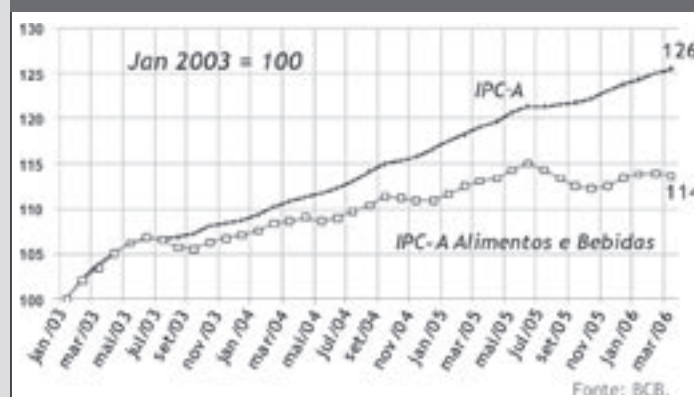
Depois de receber representan-

tes da agricultura familiar, mobilizados na Esplanada durante toda a semana, o presidente Lula anunciou R\$ 10 bilhões para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), cerca de R\$ 1 bilhão a menos do que o solicitado pelos manifestantes do Grito da Terra.

No entanto, esses gestos de boa vontade do governo com o setor rural não foram capazes de selar qualquer acordo na Câmara para a votação do relatório do deputado Eunício Oliveira (PMDB-CE). Por 238 votos a favor e 166 contra, além de 1 abstenção, os ruralistas impuseram dura derrota ao governo na quarta-feira, reinstituindo no lugar da MP 285 o texto do projeto do deputado Nélio Dias (PP-RN), vetado pelo presidente da República. Pesou, durante a votação, um tiro que o governo deu no próprio pé ao contingenciar um dia antes 45% do orçamento do Ministério da Agricultura, que ficou com R\$ 679,5 milhões, colocando um torniquete nos recursos para a defesa agropecuária – 60% menos que no ano passado.

O projeto do deputado Nélio Dias faz uma ampla renegociação das dívidas dos produtores nordestinos, com 25 anos para pagar e quatro de carência, a um custo estimado pelo Tesouro em R\$ 11,7 bilhões. A MP restringia o refinanciamento aos recursos do Fundo Constitucional do Nordeste (FNE) e a contratos originais até R\$ 50 mil, sem renegociação anterior, o que reduziria o impacto sobre as contas públicas a cerca de R\$ 3 bilhões. O governo vai tentar modificá-lo no Senado e a entidade patronal da agropecuária, a CNA, aceita negociar algumas alterações. O mais cotado para relatar o projeto é o senador César Borges (PFL-BA).

Alimentos contribuíram para queda da inflação



Aliado na queda da inflação, câmbio prejudica agronegócio

Se de um lado a valorização do real perante o dólar contribuiu para manter a inflação em baixa e os preços dos alimentos acessíveis à maioria dos 180 milhões de brasileiros, de outro desemprega, reduz o ritmo das exportações e afunda setores, como o agronegócio, mergulhado na pior crise das últimas três décadas. Não foi por outra razão que o documento dos governadores, entregue ao presidente Lula, responsabiliza a política cambial do governo pela crise, que já afetou os cofres estaduais e municipais.

A desvalorização de 45% da moeda norte-americana em menos de dois anos refletiu diretamente na perda de renda do produtor, cerca de R\$ 18 bilhões só em 2005, conforme a Confederação Nacional da Agricultura e da Pecuária (CNA), mesmo com os preços internacionais dos grãos nas médias históricas.

Nesse intrincado jogo de economia, o receituário ortodoxo do

Banco Central insiste nos juros altos, desaconselhado pelas outras áreas do governo, especialmente as que lidam com os setores produtivos. Taxas mais baixas e o retorno da cobrança do IOF nas aplicações de investidores estrangeiros, como pedem os governadores, freariam a entrada dos “dólares especulativos”, melhorando o câmbio. No entanto, o importante é eleger o momento certo.

Se a recuperação do dólar ocorresse agora, boa parcela da produção agropecuária colheria algum resultado. Do contrário, o melhor, diz o secretário de Relações Internacionais do Ministério da Agricultura, Célio Porto, é que essa valorização cambial ocorra no início de 2007, antes da colheita da safra de grãos do Centro-Sul. Assim, o produtor compraria os insumos a câmbio baixo e comercializaria seus produtos já na maré da recuperação cambial, impulsionando os preços dos alimentos.

Índices de produtividade são atualizados por ministérios

Os coordenadores-gerais do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Caio França, e de Estudos e Informações Agropecuárias da Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Régis Norberto da Cunha Alimandro, explicaram na quarta-feira passada, em reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), as razões para a proposta de elevação dos índices de produtividade rural apresentada pelos dois ministérios no último mês. Os números atualmente praticados foram fixados com base em levantamentos de 1975 e estão defasados, argumentaram. Os índices seriam atualizados de acordo com dados da Pesquisa Agrícola Municipal de 2000 a 2004, tomando por base a variação de cada estado ou região, levando-se em consideração as 558 microrregiões geográficas estabelecidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para Caio França, a medida é uma exigência da Lei 8.629/93, que indica a necessidade de atualização periódica que reflita o desenvolvimento tecnológico e “amplie a capacidade do governo de aumentar a reforma agrária”.

CRISE NO CAMPO Governadores, produtores e trabalhadores rurais cobram medidas para sanar problemas do setor

Promessas e protestos marcam mobilização

Enquanto os trabalhadores rurais e os agricultores familiares marchavam pela Esplanada dos Ministérios, iniciando o movimento do Grito da Terra deste ano na última terça-feira, oito governadores e um vice-governador mobilizavam-se com representantes de federações e confederações patronais da agropecuária, secretários estaduais de Agricultura, prefeitos de municípios do interior, parlamentares e produtores, lotando o Auditório Petrônio Portella, no Senado. Essa exibição de força do setor arrancou do governo um pedido de voto de confiança ao pacote de “medidas estruturantes” que o presidente da República prometeu para esta quinta-feira, com a antecipação do Plano de Safra para 2006/2007.

– Fiquei convencido que pela primeira vez o governo sabe da real situação da agricultura e da pecuária no Brasil – ressaltou o governador de Mato Grosso, Blairo Maggi, considerado o maior produtor de soja do país e organizador do seminário em Brasília, que preparou a reunião dos governadores com o presidente Lula ainda na terça-feira.

Com a mesma impressão saíram os outros sete governadores e o vice-governador do Paraná, depois de uma hora e meia em que o presidente, “atento”, segundo eles, mais ouviu do que falou, fez várias anotações e recomendações aos ministros da Agricultura, Roberto Rodrigues, e da Fazenda, Guido Mantega.

O relato dos governadores, após o encontro, revelou a disposição oficial de encontrar alternativas que permitam dar fôlego aos produtores que estão com seus imóveis e outros bens amarrados às garantias bancárias para empréstimos já contratados, sem qualquer possibilidade de obter novos financiamentos. O governo, que vem resistindo a incluir dívidas passadas que foram alongadas, sinalizou que pode promover uma nova renegociação.

Mas esse clima de cordialidade e trégua política não se repetiu junto aos produtores e prefeitos que continuaram mobilizados no auditório do Senado para aguardar o resultado do encontro com Lula. Exaltados, alternando brados de decepção e revolta, os produtores avisaram que vão continuar com os bloqueios por todo o país.



Grito da Terra deflagrado na última terça-feira por trabalhadores rurais e agricultores familiares chamou atenção para sanar dificuldades

Crise na agricultura brasileira desestrutura municípios



Apontado como o novo Eldorado do oeste baiano, o município Luís Eduardo Magalhães vive um “desarranjo social” sem precedentes, como define o prefeito, Oziel Oliveira, técnico agrícola que migrou do interior paulista há 20 anos para produzir soja em uma das novas fronteiras agrícolas do país. Dos 50 mil habitantes, cerca de 30% estão desempregados, pelos cálculos de Oliveira. “A cidade começou a enfrentar problemas de segurança que não conhecia, como roubos e furtos”, lamenta o prefeito.

As filas à procura de remédios e cestas básicas aumentaram. Só em uma semana, a prefeitura teve de distribuir mil cestas, mais do que triplicando a média habitual de 300 cestas.

– A crise desempregou 40% dos 5 mil empregados registrados no campo – calcula o prefeito. O impacto no comércio ainda não foi tão forte: o desemprego atingiu 10% dos 11 mil postos com carteira assinada. Mas

pelos prognósticos de Oliveira, que esteve em Brasília para acompanhar o encontro dos governadores com o presidente da República, na semana passada, a inadimplência dos produtores rurais, que já alcança mais de 60% junto ao comércio do município, deverá provocar nova onda de demissões. A receita municipal, complementada, cresceu em média cerca de 40%.

A situação de Luís Eduardo Magalhães retrata o que está ocorrendo com mais de 4 mil municípios brasileiros que, segundo a Confederação Nacional dos Municípios (CNM), têm sua base econômica alicerçada na agropecuária. Nos menores, a perda de renda no campo, principalmente daqueles que plantam grãos, já paralisa o comércio. Em Nova Ubiratã, no meio-norte-mato-grossense, onde metade dos seus 12 mil habitantes está na área rural, o prefeito Osmar Rossetto estuda voltar a decretar estado de emergência, como fez em setembro do ano

passado. Pela sua contabilidade, a perda de 700 empregos diretos representa mais de um terço dos postos de trabalho oferecidos pelo setor.

O comércio de Nova Ubiratã registra uma inadimplência superior a 40% e, segundo Rossetto, alguns estabelecimentos praticamente param de vender ou por falta de clientes que podem pagar ou por falta de produto.

– Os bloqueios na BR-163 estão impedindo a entrada de combustíveis, e outras mercadorias essenciais à população. Se a situação não melhorar nos próximos dez dias, com a queda na arrecadação municipal, vou decretar estado de emergência – avisa Rossetto, que também esteve em Brasília na semana passada.

Se essa penúria já atingiu a economia dos municípios agropecuários, o baque maior na receita será sentido nos próximos dois anos. O presidente da

CNM, Paulo Ziulkoski, explica que a crise de 2005/2006 terá reflexos na queda da participação relativa desses municípios na partilha dos 25% do total arrecadado com o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) que cabem às prefeituras. Isso porque a cada ano se avalia o peso da movimentação econômica de cada município no exercício anterior para definir a distribuição do ICMS no ano seguinte.

Portanto, a retração da atividade econômica em 2005 reduzirá os recursos estaduais repassados aos municípios agropecuários em 2007. A consequência disso, sublinha Ziulkoski, será a perda de recursos para educação e saúde nesses municípios, afetando, por exemplo, a distribuição de merenda nas escolas públicas e o transporte escolar.

– Haverá um agravamento da crise atual para os municípios nos próximos dois anos, pelo menos – diz Ziulkoski, que pretende realizar amplo levantamento das consequências da perda de renda na agropecuária sobre os cofres dos municípios.

Renegociação de dívidas rurais é o principal pedido

Dos 20 pedidos apresentados ao presidente Lula, os governadores caracterizam como emergenciais a prorrogação das dívidas com o setor bancário de acordo com a capacidade de pagamento de cada produtor, incluindo três anos de carência, além da adoção de mecanismos financeiros que alonguem os prazos de pagamento ao setor privado.

Outras reivindicações pretendem resultados positivos no câmbio, como a redução nos juros, autorização para o exportador abrir conta em dólares no

Brasil e revogação da medida que permite aplicações externas isentas do IOF. Os governadores também sugerem – para obter maior disponibilidade de recursos a taxas controladas do crédito rural – que o Banco Central libere fatia dos depósitos à vista que são retidos compulsoriamente pela autoridade monetária.

Mas metade das providências solicitadas ao presidente está voltada para reduzir custos de produção e recuperar a renda do setor. São medidas que vão desde recursos para



Governadores discutem com prefeitos, secretários estaduais de Agricultura e parlamentares reivindicações ao governo federal

comercialização e fixação de preços mínimos condizentes com os custos, desoneração tributária de insumos agrícolas, óleo diesel e biocombustível de qualquer origem, até tratar a ferrugem asiática da soja como

epidemia, facilitar o registro e a importação de agroquímicos genéricos, liberar os transgênicos do algodão e do milho e restaurar a infra-estrutura de transporte para escoamento da safra.

CRISE NO CAMPO Senadores chamam atenção para as reivindicações dos produtores rurais ao governo federal

Jonas Pinheiro quer mais negociações

A crise enfrentada pela agropecuária brasileira mobilizou o Congresso Nacional na última terça-feira. Parlamentares, produtores rurais, governadores e representantes do governo federal reuniram-se em um seminário, no Auditório Petrônio Portella, no Senado, para debater o assunto. Em Plenário, o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) denunciou prejuízos de R\$ 500 por hectare no plantio de soja.

O parlamentar considerou um avanço as medidas já anunciadas pelo ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, em favor dos produtores rurais. Nesse rol, destacou o apoio à comercialização da safra de soja e a reestruturação do programa FAT-Giro Rural para liberação de R\$ 2,3 bilhões,



Jonas Pinheiro manifesta apoio a medidas já anunciadas por ministério

destinados à renegociação de dívidas das duas últimas safras.

Apesar desse esforço, o senador afirma que é necessário prosseguir com as negociações entre governo federal e produtores rurais. Um passo nesse sentido foi dado ainda na terça-feira, na

audiência de oito governadores e um vice-governador com o presidente Lula. Na lista de reivindicações, Jonas Pinheiro ressaltou a implantação de uma política de proteção de preços, a redução do preço do diesel para o setor, a viabilização do seguro rural e a melhoria da logística de transporte de produtos agropecuários.

Em apartes, Garibaldi Alves (PMDB-RN) destacou a expectativa dos agricultores do Nordeste com a renegociação das dívidas rurais, enquanto Romeu Tuma (PFL-SP) deu seu testemunho sobre o desespero dos agricultores, que estariam destruindo o próprio patrimônio para chamar atenção para suas dificuldades.

Juvêncio fala em leniência do Executivo

O senador Juvêncio da Fonseca (PSDB-MS) afirmou que os produtores rurais estão sendo massacrados pela “leniência do governo”. Ele lamentou que os protestos realizados pelos agricultores em todo país na última semana não tenham tido a ressonância desejada devido à crise da segurança pública, e registrou que “o que o povo deseja é produção com justiça social”.

– O campo está em crise. Os produtores rurais, embora sendo os principais responsáveis pela elevação do superávit da balança comercial, contribuindo para a redução do risco Brasil, ficaram alijados do ganho e da renda, enfrentando prejuízos na comercialização. Isso acontece porque a maioria dos preços dos produtos agropecuários está abaixo do custo da produção – disse.

Segundo Juvêncio, a perda de renda dos agricultores no ano passado foi de mais de R\$ 16

bilhões. Para este ano, a expectativa é de nova redução do PIB do setor rural. Ele informou que as parcelas das dívidas não foram prorrogadas, e muitos produtores não vinham pagando em dia as prestações em 2005.

Juvêncio ressaltou, no entanto, que Mato Grosso do Sul tem, hoje, o índice campeão de adimplência no pagamento das suas obrigações com o financiamento dos produtores rurais – 98%.

– Isso significa que, na medida do possível, o homem do campo paga pontualmente seus compromissos, e que não merece ser chamado de “caloteiro”. Caloteiros são os que não pagam a dívida social – criticou o senador, ao avaliar que a máxima “se o campo vai bem, a cidade vai bem” é válida para a economia de qualquer país.

Juvêncio recebeu apartes dos colegas Ramez Tebet (PMDB-MS) e Antônio João (PTB-MS).

Aelton cobra mais empenho da área econômica

Ao apoiar as manifestações em âmbito nacional de produtores rurais, que paralisaram suas atividades para cobrar mudanças nas políticas agrícolas, o senador Aelton Freitas (PL-MG) considerou insuficiente o pacote de medidas já apresentado pelo governo federal.

– É necessário mais empenho principalmente na área econômica do governo, uma vez que o quadro atinge os produtores de norte a sul, de leste a oeste – disse, defendendo o alongamento das dívidas dos produtores e uma política de seguro capaz de oferecer proteção à produção e à renda do homem do campo. Aelton Freitas alertou para a gravidade da crise por que passa o setor. Segundo o senador, produzir leite e grãos na atualidade é “prejuízo certo”, em virtude dos altos custos para produção aliados aos baixos preços de mercado.

– A balança comercial ainda favorável não pode mascarar a crise de rentabilidade que vitimou os produtores.

Zambiasi resalta adesão de gaúchos à mobilização

Sérgio Zambiasi (PTB-RS) destacou o engajamento de produtores rurais do Rio Grande do Sul na mobilização nacional do setor em prol do refinanciamento de dívidas e de condições mais favoráveis ao desenvolvimento da agropecuária. A participação dos agricultores gaúchos no movimento se deu, na última quarta-feira, pelo bloqueio de oito rodovias federais entre o Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Não bastasse a interrupção do tráfego nas rodovias – os

carros retidos eram liberados a cada quinze minutos –, os produtores gaúchos resolveram queimar uma colheitadeira como uma maneira de alertar as autoridades para a gravidade da questão.

Para Zambiasi, a situação em seu estado ainda é mais preocupante, pois, além da desvalorização do dólar diante do real e da defasagem entre os custos e os preços de venda da produção, o estado amarga os prejuízos de duas secas de verão que já duram mais de cem dias.

César Borges adverte para manobras na votação de MP

César Borges (PFL-BA) pediu aos senadores que fiquem atentos a possíveis manobras do governo quando chegar ao Senado a medida provisória (MP 285/05) aprovada na última quarta-feira na Câmara dos Deputados na forma de projeto de lei de conversão (PLV), por ter sofrido alterações. A MP trata da renegociação de dívidas de agricultores rurais contraídas com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE).

O senador recordou que a MP

substituiu projeto de lei do Senado (PLS 142/04) aprovado pelas duas casas do Congresso, porém vetado pelo presidente da República. Ele disse que irá cobrar do presidente do Senado, Renan Calheiros, a votação do veto de Lula a esse projeto, que trata da renegociação de dívidas rurais. César Borges ainda alertou para a possibilidade de os líderes governistas apresentarem números falsos para a renegociação das dívidas dos agricultores a fim de derrubar o PLV, que será agora analisado pelo Senado.

Sibá contesta críticas de ruralistas ao governo

O senador Sibá Machado (PT-AC) considerou exageradas as críticas que os produtores rurais mobilizados em Brasília estão fazendo ao governo federal. Líderes rurais e representantes de sindicatos da categoria estiveram na capital federal em mobilização para sensibilizar o Congresso e o governo sobre as reivindicações do setor, incluindo a rolagem de dívidas e modificações na política cambial, visando a tornar mais rentável a exportação de grãos e produtos primários.

Lembrando que, de 1995 até hoje, dois presidentes da República já sancionaram dez leis sobre programas de alongamento e refinanciamento de dívidas de produtores rurais, Sibá criticou ruralistas de monoculturas como soja, cacau e cana-de-açúcar. Segundo observou, “ganham dinheiro em determinados ciclos e depois tomam prejuízos incalculáveis por fatores naturais intrínsecos aos riscos da atividade agrícola”.

– Se tivessem planejado melhor a aplicação dos seus ganhos e lucros nas melhores

safras e nos maiores preços de vendas dos produtos não estariam passando por isso – analisou o senador, observando que, dos recursos que devem ser destinados pelo governo para o alongamento (R\$ 33,08 bilhões), 27,5% poderão ser utilizados em dívidas já renegociadas, cujos devedores não se preocuparam em pagá-las, conforme assinalou.

– Sei que o dólar está baixo, que agricultores e governo devem discutir uma solução, mas muitos produtores já tiveram suas dívidas negociadas. Querem pegar carona. A economia não suporta – reiterou Sibá.



Sibá: certos produtores não planejam aplicação de seus ganhos nas melhores safras

Alvaro Dias alerta para agravamento de protestos

A situação tensa em função do agravamento dos protestos dos produtores rurais do Paraná está preocupando o senador Alvaro Dias (PSDB-PR). Ele pediu ao governo federal que abra negociações imediatas com os agricultores de todo o Brasil para discutir suas reivindicações. Elas são, principalmente, a rolagem de dívidas com os bancos de fomento e a revisão da política cambial para ajudar

a exportação.

O senador sugeriu ao governo que seja discutida alternativa proposta pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA) de criação de um câmbio específico baseado no superávit da balança comercial para as operações de vendas ao exterior.

Em aparte, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) acusou o governo de não levar a sério a política agrícola do país.

Osmar Dias aponta defasagem da produção agrícola

Para ilustrar a situação de “calamidade e desespero” da atual crise na agropecuária, o senador Osmar Dias (PDT-PR) revelou que, neste ano, os produtos agrícolas perderam, em média, 22,5% de seu valor de compra. A defasagem entre o custo e o preço de venda da produção é tamanha, diz o senador, que o país poderá ser obrigado a importar gêneros de primeira necessidade, como arroz e trigo, pela falta de incentivos para os agricultores continuarem produzindo. Osmar Dias acusa ainda o governo Lula de tirar dividendos eleitorais indevidos da redução de 70% no valor da cesta básica, reflexo, conforme frisou, da defasagem apontada.

Pavan diz que agricultores devem “dar o troco”

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) disse que, em resposta ao não-atendimento às reivindicações dos produtores rurais, eles deveriam “dar o troco” ao atual governo nas eleições de outubro.

Em apartes, Ney Suassuna (PMDB-PB) ressaltou as exigências dos produtores rurais ao governo, entre elas a renegociação das dívidas agrícolas. Heloísa Helena (PSOL-AL) sugere que o presidente da Casa, Renan Calheiros, convoque sessão do Congresso para analisar o veto presidencial ao projeto de César Borges (PFL-BA). Já Sérgio Guerra (PSDB-PE) afirmou que há um agravamento da crise da agricultura e da pecuária.

PLENÁRIO

Lando explica adesão a crédito consignado

O senador Amir Lando (PMDB-RO) defendeu a realização pelo país de “uma reconciliação com a verdade”, de modo que não se veja “em cada ato, um ato fora da lei”. Ele fez um histórico de sua gestão como ministro da Previdência, para dizer que agiu de forma a proteger os beneficiários do sistema e resguardá-los das possibilidades de fraudes.

Lando reagiu mais especificamente a denúncias de que o programa de crédito consignado (desconto em folha) do governo visou beneficiar o banco BMG. Sem se referir às fontes das de-

núncias e aos órgãos de imprensa que as divulgaram, o senador garantiu que o BMG aderiu ao crédito consignado junto com mais de 40 instituições, sem qualquer privilégio.

Segundo a revista *IstoÉ* de 3 de maio, o ex-ministro da Previdência Social Amir Lando teria procurado por iniciativa própria o procurador-geral da República, Antônio Fernando de Souza. Informalmente, teria revelado como se concretizou um esquema arquitetado pelo publicitário Marcos Valério de Souza, segundo a revista, para irrigar com R\$ 1 bilhão os projetos de

poder do PT.

Tratava-se, ainda de acordo com a publicação, do projeto que garantiu ao BMG privilégios no programa de crédito consignado – um conjunto de leis e normas que permitem aos bancos emprestar recursos a aposentados e pensionistas com juros bem abaixo do mercado, entre 1,7% e 2% ao mês. O ministro explicou que o BMG foi uma das primeiras instituições a aderirem ao crédito consignado. O objetivo de abrir o programa a instituições que não fazem o pagamento de benefícios teria sido aumentar a concorrência e, por conseguinte, reduzir as



FOTOS: ROOSEVELT PINHEIRO

Amir Lando garante que, em sua gestão à frente do Ministério da Previdência, não privilegiou ingresso do banco BMG no programa

taxas de juros e ampliar a oferta de crédito.

– Não houve a intenção da nossa parte de favorecer qualquer banco – afirmou Lando, que recebeu apoio da líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC).

Suassuna cobra mais investimentos na Paraíba

Líder do PMDB, Ney Suassuna (PB) cobrou investimentos do governo federal em infra-estrutura na Paraíba. Citando dados de aplicação de recursos do Fundo Constitucional do Nordeste, Suassuna reclamou de discriminação contra seu estado. Segundo afirmou, foi aplicado menor volume de verbas em comparação com a Bahia, Pernambuco e Ceará.

Virgílio critica retirada de nome para a Anac

Arthur Virgílio (PSDB-AM) considerou a retirada da indicação de José Carlos Barth para diretor da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) “um ato de um governo incompetente”. Ana Júlia Carepa (PT-PA) explicou que Barth completou curso superior nos Estados Unidos, não tendo diploma reconhecido no Brasil, o que forçou a retirada da indicação.

Marcos Guerra condena reajuste de energia

O senador Marcos Guerra (PSDB-ES) manifestou, em Plenário, preocupação com aumento na tarifa de energia cobrada em municípios do noroeste do Espírito Santo. O parlamentar considera o aumento abusivo e disse que a situação é preocupante pelo fato de essa ser a região com menor índice de desenvolvimento humano do estado.

Governo federal discrimina a Bahia, afirma Tourinho

Rodolpho Tourinho (PFL-BA) acusou o governo federal de discriminar o estado da Bahia com relação à destinação de recursos para conservação de rodovias federais na região. Na avaliação do senador, a falta de projeto de duplicação para o trecho baiano da BR-101, ao contrário do que ocorre em outros segmentos da rodovia, seria uma prova da discriminação do governo.

Papaléo refuta acusação divulgada pela *IstoÉ*

Papaléo Paes (PSDB-AP) refutou, em Plenário, as acusações contra ele publicadas na edição da semana passada da revista *IstoÉ*, na reportagem especial “O contrabando do urânio brasileiro”. O senador afirmou que a matéria faz referência “maldosa, injuriosa e caluniosa” contra ele. A reportagem trata de investigações da Polícia Federal sobre o contrabando de minerais radioativos na região Norte.

A revista sugere o envolvimento

de Papaléo com o ex-superintendente do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) no Amapá, José Guimarães Cavalcante, e com o irmão do ex-superintendente, Édson Guimarães Cavalcante. O periódico interpreta que o senador ajudaria os irmãos “a resolver questões burocráticas das empresas da quadrilha em Brasília”. Papaléo rechaçou veementemente as acusações.

– Estou indignado de ver que essa onda de denunciamento torna a imprensa responsável por acabar com a imagem de um cidadão – disse o senador.

Da tribuna, Papaléo relatou as razões de seu nome ter sido citado pelos irmãos Cavalcante em conversa telefônica inter-

ceptada pela Polícia Federal. Segundo informou, em 2004, os funcionários do DNPM-AP solicitaram que o senador intercedesse junto ao diretor do DNPM nacional para que José Cavalcante fosse mantido na superintendência do órgão no estado. Entretanto, continuou, o superintendente foi substituído e solicitou

Senador afirma que referências feitas a ele são “injuriosas e maldosas”

uma licença sem vencimentos, para que pudesse se afastar da função por dois anos.

– Édson Cavalcante pediu para que eu intercedesse, junto ao DNPM, para solicitar que a licença sem vencimentos do irmão fosse concedida – completou, informando que contactou a direção do órgão, que posteriormente aprovou o pedido de José Cavalcante.

O senador afirmou que a conversa telefônica entre os irmãos, interceptada pela PF, trata apenas da licença que já havia sido concedida verbalmente, mas cujo ato ainda não havia sido publicado.

Papaléo recebeu em Plenário o apoio de 29 senadores, que se solidarizaram com o colega.

Governo “erra de alvo” nos programas sociais, diz Alvaro

Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou da tribuna que a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), divulgada na quarta-feira pelo IBGE, mostra que existem “graves erros” nas políticas sociais do governo. O trabalho registra que, das 18 milhões de famílias com algum nível de insegurança alimentar, só 5,3 milhões eram beneficiários dos programas do governo em outubro de 2004, data da pesquisa.

Entre os 8 milhões de famílias beneficiadas pelo Bolsa Família e outros programas, disse, 34% não tiveram dificuldades para conseguir alimentos nos três meses anteriores à data da pesquisa.

– Em outras palavras, o governo está errando de alvo. Nem sempre quem passa fome recebe ajuda dos programas de transferência de renda. E um percentual expressivo de quem não precisa está recebendo

Bolsa Família – disse.

Alvaro leu trechos de uma entrevista da professora Lena Lavinias, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, na qual ela diz que os programas de transferência de renda do governo são mal desenhados e inadequados, por não beneficiarem quem realmente precisa.



Alvaro Dias afirma que muitas famílias não precisam, mas recebem Bolsa Família

Garibaldi: política econômica ignora necessidades do setor produtivo

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) criticou o que considerou como distanciamento da política monetária praticada no país dos interesses dos agentes econômicos. Citando trechos de exposição de candidatos a diretores do Banco Central, sabatinados pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) na semana passada, Garibaldi condenou a prioridade dada pelas autoridades monetárias ao combate à inflação em detrimento do fomento às atividades

produtivas.

Referindo-se à mobilização dos agricultores e de governadores para protestar contra a crise no setor agropecuário, Garibaldi considerou surrealista o discurso dos candidatos a diretor do Banco Central.

– Que país é este onde governadores de estado falam uma linguagem e autoridades monetárias falam outra linguagem inteiramente diferente? – questionou o parlamentar.

Maciel critica veto de Lula a projeto que garante recursos para a ciência

O veto do presidente da República ao projeto que acaba com o contingenciamento dos recursos destinados à área de ciência e tecnologia foi criticado em Plenário por Marco Maciel (PFL-PE). A proposta em questão (PLS 85/01) previa que neste ano o governo federal poderia contingenciar no máximo 30% do Orçamento dos chamados fundos setoriais. Em 2007, o limite seria reduzido para 20% e, em 2008, para 10%, até que a possibilidade de contingen-

ciamento fosse abolida, em 2009. Maciel declarou que, “na prática, esse veto significa uma grande redução no volume de recursos que seriam repassados a universidades e instituições de pesquisa, e também demonstra o pouco empenho do governo federal em dar ao país autonomia na área de ciência e tecnologia”.

A decisão presidencial surpreendeu a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), informou o senador.



Papaléo Paes se disse indignado com “onda de denunciamento que leva a imprensa a acabar com a imagem de um cidadão”

ORÇAMENTO Renan convoca sessão do Congresso para analisar resolução que altera tramitação da lei orçamentária

Congresso vota mudanças terça-feira

Após reunião com o presidente da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo, e com líderes partidários, o presidente do Senado, Renan Calheiros, convocou uma sessão do Congresso Nacional para as 19h de terça-feira, quando será votado o projeto de resolução que fará mudanças na tramitação do projeto da lei orçamentária.

As modificações propostas vão da elaboração até a execução. São mudanças fundamentais no sentido de garantir transparência, que é hoje, mais do que nunca, uma exigência da sociedade – afirmou Renan.

O projeto foi elaborado por uma comissão de três senadores e três deputados reunida especialmente com esse objetivo. Entre outras mudanças, determina a redução do número de parlamentares da Comissão Mista de Orçamento (CMO), que cai de 84 para 40 integrantes. Com isso, ficará mais fácil reunir

a comissão para votações. Ficou ainda decidido que, a cada ano, o colegiado terá de trocar todos os seus integrantes. Hoje, um parlamentar pode ficar na comissão pelo tempo que as lideranças partidárias aceitarem.

Aldo, Renan e os líderes concordaram em impor condições para apresentação de emendas de comissões. Assim, ficam proibidas as emendas genéricas, que podem abrir a chance de irregularidades na sua execução junto aos ministérios, governos estaduais ou prefeituras.

Renan também disse estar satisfeito com a aprovação de projetos sobre segurança pública na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Para ele, os momentos de pânico e de tensão sempre devem ser utilizados para fazer o aperfeiçoamento institucional. Ele ressaltou que tem conversado com Aldo Rebelo e espera que a Câmara dos Deputados dê a mesma urgência

GERALDO MAGELA



Presidentes do Senado e da Câmara reúnem-se com parlamentares que entregaram propostas

aos projetos aprovados.

Os problemas aqui são múltiplos, mas é importante que nós conversemos para que possamos priorizar aquilo que a sociedade quer que nós priorizemos. Acho que a legitimidade do Legislativo depende fundamentalmente disso – avaliou.

Resolução corta vagas e impõe rodízio na CMO

O projeto de resolução do Congresso que vai mudar o rito de tramitação do projeto de Orçamento da União determina que a CMO terá de trocar todo ano seus integrantes. Hoje, um parlamentar pode ficar na comissão anos seguidos, desde que suas lideranças concordem. Essa é uma das dezenas de modificações que os congressistas querem fazer para tornar mais transparente a discussão e a apresentação de emendas ao projeto de lei do Orçamento federal.

O documento, preparado pelo grupo de três senadores e três deputados que estudou o assunto, prevê ainda que o número de parlamentares na Comissão de Orçamento será reduzido à metade. Hoje, são 63 deputados e 21 senadores e a proposta é

reduzir para 30 deputados e dez senadores. Com a alteração, o governo garantirá qualquer votação se mantiver na comissão apenas 16 deputados e seis senadores.

Até quarta-feira, apesar da concordância geral com as mudanças, as lideranças ainda poderão fazer sugestões de alteração. Na verdade, as mudanças estão sendo apresentadas a um projeto do deputado Ricardo Barros (PP-PR), proposto no ano passado depois que uma comissão estudou o assunto por vários meses.

O deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA), integrante do colegiado que sugeriu as alterações e líder da Minoria na Câmara, disse que Renan, Aldo e os líderes decidiram que o grupo deverá continuar trabalhando para re-

comendar, nos próximos meses, mudanças mais profundas ao Orçamento. A idéia seria trabalhar com propostas que já tramitam na Câmara e no Senado. Entre as próximas mudanças, Aleluia sugere que a Constituição seja modificada para colocar uma data-limite para votação do Orçamento. Ele quer também regras objetivas para a liberação de emendas feitas pelos parlamentares, evitando que o Executivo use critérios políticos nesse processo.

O grupo que estudou as alterações é composto, além do deputado Aleluia, pelos senadores Fernando Bezerra (PTB-RN), Romero Jucá (PMDB-RR) e Sérgio Guerra (PSDB-PE) e pelos deputados Jorge Bittar (PT-RJ) e Sérgio Miranda (PDT-MG).

O que propõe a nova resolução sobre a tramitação do orçamento

- Redução do número de deputados e senadores da Comissão de Orçamento. Os 63 deputados seriam reduzidos a 30. Dos 21 senadores, ficariam dez.

- Nenhum deputado ou senador poderá integrar a Comissão por mais de um ano seguido.

- Ficam proibidas as emendas de bancadas redigidas de forma genérica. Se o dinheiro se destinar à compra de uma ambulância, a emenda informará a prefeitura beneficiada. As emendas parlamentares individuais terão de informar o nome da entidade beneficiada, com outros dados. Acabam as emendas de bancadas regionais.

- O relator-geral do projeto orçamentário terá menos poder sobre os recursos advindos das reestimativas de receitas. Ele deverá destinar 55% das reestimativas às dez sub-relatorias setoriais e 25% às emendas de bancada.

- Será criado o relator de receitas, que deverá ser de um partido diferente do partido do relator-geral. Só poderão ser feitas duas reestimativas.

- Só poderá ser relator setorial parlamentar que integrar comissão permanente ligada ao mesmo assunto (saúde, transportes etc). Este relator terá de discutir seu parecer com as comissões da área.

- Bancada estadual que destinar verbas a um projeto deve beneficiar com recursos, no ano seguinte, a mesma obra, até que ela seja concluída. Objetivo é evitar obras inacabadas.

- Comissão de Orçamento não mais votará créditos adicionais pedidos pelo presidente da República depois de 20 de novembro. O assunto irá direto para o plenário do Congresso.

- Adota critério para distribuição de verbas para os estados, via emendas de bancadas. Objetivo é impedir que um estado, por critérios políticos, possa ser altamente beneficiado de um ano para outro.

Senador indaga sobre “esqueleto” do Real

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou requerimento para que sejam requisitadas ao Banco Central (BC) informações referentes à cobrança de correção de títulos públicos em processos movidos contra a instituição.

O autor da proposta, Sérgio Guerra (PSDB-PE), citou na justificativa notícias acerca do suposto “esqueleto” (passivo) existente, resultado da adoção do Plano Real, em 1994. O senador solicita que sejam informados à comissão quantos processos possuem como finalidade a recuperação de perdas decorrentes do Plano Real, relativos a títulos públicos pagos com correção pelo IGP-II e não pelo IGP-M. Ele quer ainda dados referentes ao valor histórico cobrado por meio desses processos.

Na mesma reunião, a CMO acolheu requerimento do deputado Gilmar Machado (PT-MG), presidente da comissão, para a

realização de seminários destinados à discussão da proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2007. Denominado Seminários Regionais Abertos à Sociedade Civil, o ciclo de debates começa segunda-feira, em Uberlândia (MG). Na terça, a audiência será na própria CMO.

Na quinta-feira, a comissão discute com o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Adilson Motta, formas de se criar uma colaboração mais estreita entre o órgão e o colegiado, tornando mais eficaz o acompanhamento e a fiscalização de obras com indícios de irregularidade e inacabadas, financiadas com recursos da União.

Machado informou ainda que, na última audiência de líderes de partidos com assento na CMO, foram referendadas decisões para cobrança mais rigorosa de presença nas reuniões da comi-

ROOSEVELT PINHEIRO



Sérgio Guerra propõe solicitar ao BC dados sobre correção de títulos públicos em processos

são. A principal delas é que três faltas seguidas ou seis alternadas motivarão pedido de substituição dos parlamentares.

O deputado Rubem Santiago (PT-PE) aproveitou para informar o encaminhamento, à Corregedoria da Câmara, de indicação para a inclusão de mais um parlamentar – o deputado Nilton Capixaba (PTB-RO) – na relação dos que estão sendo investigados por envolvimento nas denúncias de desvios na compra de ambulâncias com recursos de emenda ao Orçamento.

Aprovadas mudanças para adequar PPA ao Orçamento

A CMO concluiu, na última quinta-feira, a votação do projeto de lei que altera o Plano Plurianual (PPA) 2004-2007. Essa proposta (PL 41/05-CN), que ainda deve ser examinada pelo Plenário do Congresso, destina-se, na prática, a compatibilizar o PPA com os gastos previstos no Orçamento para 2006, recentemente sancionado pelo Executivo.

Isso porque, de acordo com as normas orçamentárias, nenhum projeto poderá ser executado sem que esteja previsto no PPA. Sem as alterações, o governo ficaria impedido, por exemplo, de realizar gastos com o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização do Profissional de Educação (Fundeb). Para esse fundo, projeto ainda a ser votado pelo Plenário do Senado, o relator do PPA, senador Sibá Machado (PT-AC), previu despesas de R\$ 1 bilhão entre 2006 e 2007.

De última hora, Sibá acolheu

no substitutivo ao projeto indicação do Ministério da Educação para incluir sete novas ações no PPA destinadas a garantir a implantação de *campi* de universidades federais no interior de quatro estados. O PPA também sancionou gasto de R\$ 7,24 bilhões para compensar o impacto do aumento do salário mínimo sobre a Previdência.

Como o Orçamento aprovado indicou – com base nas avaliações do Comitê de Receitas – acréscimo de gastos de R\$ 15,5 bilhões em relação ao previsto pelo Executivo neste ano, o substitutivo do senador incorporou ao período essa previsão. Para 2007, as novas receitas foram estimadas em R\$ 16,9 bilhões, o que eleva a reestimativa do biênio para R\$ 32,4 bilhões.

Sibá acredita que não há motivos para novos atrasos e que a proposta será acolhida sem dificuldades no Plenário.

CRISE ÉTICA Requerimento de 229 deputados e 30 senadores pede apuração das denúncias sobre Orçamento

CPI pode investigar “sanguessugas”

O presidente em exercício do Senado, senador Tião Viana (PT-AC), recebeu de um grupo de congressistas liderados pelo deputado Raul Jungmann (PPS-PE) requerimento para criação de uma comissão parlamentar mista de inquérito composta por 17 deputados e 17 senadores, destinada a apurar a chamada Quadrilha das Sanguessugas, composta por empresários e parlamentares, acusada de fraudar licitações para compra de ambulâncias com verbas do Orçamento federal.

Tião Viana disse que entregará o requerimento, assinado por 229 deputados e 30 senadores, ao presidente do Congresso, Renan Calheiros, assim que ele retornar ao Brasil, nesta segunda-feira. Compete a Renan decidir sobre o



Raul Jungmann entrega a Tião Viana pedido assinado por 259 parlamentares

encaminhamento regimental que será dado à matéria.

– Há o interesse [dos parlamentares] em defender a instituição Câmara dos Deputados e que,

de certo modo, também atinge o Senado Federal. Portanto, merece uma resposta do Poder Legislativo. Nós temos que ter a coragem de enfrentar os denunciados culpa-

resistência e de luta contra o descrédito. Se nós baixarmos os braços e não lutarmos, aí o Estado do medo do Marcola [traficante Marcos Camacho, líder da

organização criminosa Primeiro Comando da Capital] ou o Estado da corrupção das sanguessugas vai triunfar – frisou Jungmann.

Jungmann afirmou que o Congresso não pode fugir à sua obrigação de julgar, punir e, se possível, prender aqueles que desviaram recursos da saúde. Apesar da proximidade das eleições, o deputado acredita que este é um “ótimo momento para resistir”.

– Esse é um ato [o requerimento de criação da CPI mista] de

resistência e de luta contra o descrédito. Se nós baixarmos os braços e não lutarmos, aí o Estado do medo do Marcola [traficante Marcos Camacho, líder da

Outro requerimento de CPI do Lula

O senador Almeida Lima (PMDB-SE), por sua vez, encaminhou à Mesa do Senado novo requerimento de criação de uma CPI para apurar as ligações financeiras do presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Paulo Okamoto, com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Almeida Lima apresentou pedido semelhante há um mês, arquivado por falta de fato determinado. Okamoto já admitiu o pagamento de despesas pessoais de Lula em depoimento na CPI dos Bingos.

Advogado diz que Justiça tem lista com 283 nomes

A Corregedoria da Câmara e o Supremo Tribunal Federal têm uma lista com o nome de 283 parlamentares que tiveram algum relacionamento com a Planam, a empresa apontada como responsável pela fraude na compra de ambulâncias por meio de emendas no Orçamento. A informação foi dada pelo advogado Eduardo Mahon, que defende a ex- assessora do Ministério da Saúde Maria da Penha Lino.

Segundo Mahon, há uma tabela com o número da emenda, o valor empenhado, o parlamentar responsável, o município e a organização que recebeu o material.

Em nota, Serys nega ligação e pede cautela

Em nota divulgada sexta-feira, Serys Slhessarenko (PT-MT) relata correspondência em que o corregedor do Senado, Romeu Tuma, afirma não haver investigação na Casa que relacione a senadora com a Operação Sanguessuga.

Ao afirmar que “não se esquivará à apuração dos fatos”, Serys pediu cautela aos órgãos de imprensa, “para evitar a divulgação precipitada de notícias sem antes proceder às checagens necessárias”.

Suassuna nega envolvimento com quadrilha

“Não conheço nenhuma Penha, não conheço o senhor Vedoim, não tenho negócios em Mato Grosso e não envergonharia o meu mandato e nem humilharia a Paraíba por nada neste mundo.” O desabafo foi feito pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB), ao rechaçar da tribuna notícias sobre seu envolvimento com a Quadrilha das Sanguessugas.

A ex-servidora do Ministério da Saúde Maria da Penha Lino disse que Suassuna recebeu propina por meio do esquema. Darci Vedoim é dono da empresa Planam, que estaria vendendo as ambulâncias a preços superfaturados e teria

repassado dinheiro a parlamentares.

Ney Suassuna explicou que somente duas cidades da Paraíba possuem um bom sistema de saúde, Campina Grande e João Pessoa, daí os constantes pedidos que os prefeitos fazem de ambulân-

cias. Ele informou que, em dois anos, conseguiu a liberação de recursos para a compra de 29 ambulâncias. Dessas, 13 foram vendidas pela Planam. Das 13, 11 foram repassadas a prefeituras de partidos que fazem oposição ao PMDB.



Ney Suassuna

– Coloquei emendas de R\$ 80 mil, que é o preço do carro. Estou aqui com duas tomadas de preço, uma feita no Distrito Federal e a outra na Paraíba. Nos dois casos o veículo foi cotado por R\$ 78.160.

Esse é o valor do carro, sem contar que tem que colocar faróis, sirenes, maca e oxigênio para transformar em ambulância. As prefeituras da Paraíba compraram pelo preço justo – comparou Suassuna, que recebeu a solidariedade de 14 senadores durante o discurso.

CPI DOS BINGOS

Comissão ouve Delúbio nesta terça-feira e pode aprovar convocação de Dantas

O ex-tesoureiro do Partido dos Trabalhadores Delúbio Soares prestará depoimento na CPI dos Bingos nesta terça-feira, a partir das 11h. Uma das figuras centrais do escândalo do mensalão, Delúbio entrou na pauta do colegiado após Sílvio Pereira, ex-secretário-geral do PT, ter declarado em entrevista que o publicitário mineiro Marcos Valério de Souza pretendia, com o apoio de dirigentes da agremiação, arrecadar R\$ 1 bilhão em operações com o governo, ligadas, principalmente,

ao setor bancário.

Também nesta terça-feira, a CPI realizará reunião administrativa, em que devem ser votados requerimentos como os que pedem a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do próprio Delúbio e de Sílvio Pereira.

Deverá ser analisado ainda o requerimento que solicita a convocação do banqueiro Daniel Dantas, do Banco Opportunity. Os parlamentares querem ouvir Dantas a respeito de uma suposta chantagem que ele teria sofrido

por parte do PT, e sobre uma lista com nomes de autoridades ligadas ao governo que teriam contas em paraísos fiscais, a que ele teria tido acesso, segundo informações publicadas na imprensa.

O requerimento convocando Dantas é do senador Romeu Tuma (PFL-SP).

– Em se tratando de informação inverídica no que concerne ao meu nome, proponho a aprovação do requerimento – justifica o senador.

Senadores divergem sobre oitiva de banqueiro

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) defendeu a convocação de Daniel Dantas pela CPI dos Bingos e a punição do banqueiro por infâmia, se ele não provar o que disse à *Veja*.

– Se ele provar, temos que botar Lula para fora da Presidência da República como desonesto e chefe de quadrilha – disse.

Segundo a revista, Dantas teria afirmado que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e outras autoridades manteriam conta bancária no exterior.

Arthur Virgílio (PSDB-AM)

também apoiou a convocação de Daniel Dantas. O senador quer ainda ouvir Verônica Dantas, irmã do banqueiro, por sua informação à Justiça norte-americana de que o presidente Lula e dois ex-ministros teriam tentado extorquir dinheiro em troca de facilidades no governo.

– É muito grave e prefiro dar todo o benefício da dúvida a essas autoridades. Apesar de estranho, ela também deve ser ouvida pelo Senado – acrescentou Virgílio.

Para o relator da CPI dos Bin-

gos, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), a convocação do banqueiro poderá atrasar a conclusão dos trabalhos da comissão de inquérito, prevista para 31 de maio.

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) também manifestou posição contrária à oitiva de Daniel Dantas. Para a líder do PT, o fato de o nome do dono do banco Opportunity ter sido incluído no relatório final da CPI dos Correios encaminhado ao Ministério Público tornaria desnecessária a convocação.

Tuma enumera providências que tomou sobre denúncias

Requerer à Polícia Federal a abertura imediata de um inquérito para apurar a denúncia. Solicitar à CPI dos Bingos a convocação do banqueiro Daniel Dantas. Enviar ofício ao delegado designado para comandar o



Romeu Tuma

inquérito oferecendo-se para depor a qualquer instante. Colocar à disposição o seu sigilo bancário. Essas foram as providências tomadas pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP) após ter seu nome citado pela revista *Veja* como titular de uma conta bancária em paraíso fiscal.

Segundo o senador por São Paulo, logo após a notícia ele procurou o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, e afirmou que não aceitaria nenhuma forma de adiamento da investigação. Romeu Tuma também revelou que já está contratando um advogado para acionar judicialmente a revista, que pertence à Editora Abril.

– Sei que não preciso provar a minha inocência, eles são que têm que provar que estão certos. Não tenho nada a temer, pelo contrário. Quero e exijo que a verdade apareça. Daniel Dantas já deu entrevista à

Folha de S. Paulo garantindo que não tem nada a ver com a lista. A Kroll também já desmentiu que tenha feito qualquer tipo de investigação sobre a suposta lista. Não sei onde está a mentira – afirmou Romeu Tuma.

Em Plenário, enquanto discursava sobre o assunto, Tuma recebeu a solidariedade de 28 senadores, entre eles o presidente Renan Calheiros.

– Em nome dos integrantes da Mesa gostaria de reafirmar toda a confiança e o respeito que temos por vossa excelência, que, não por acaso, há muitos anos é o corregedor do Senado – disse Renan.

COMISSÕES

CAE aprova novos diretores para BC

A eficácia do sistema de metas para a inflação foi destacada pelos dois novos indicados pelo presidente da República para compor a diretoria do Banco Central (BC) nos debates que antecederam a aprovação de seus nomes para o órgão, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Os nomes de Mário Magalhães Carvalho Mesquita, designado para a Diretoria de Estudos Especiais, e Paulo Vieira da Cunha, para a Diretoria Internacional, ainda serão examinados pelo Plenário.

Para os indicados, o sistema de metas de inflação tem garantido a estabilidade necessária ao crescimento sustentável da economia. Para Paulo Vieira, aprovado com 18 votos a favor, 1 contra e 1 abstenção, o sistema ganhou a confiança dos formadores de opinião e, desse modo, os formadores de preço também passaram a incorporar as metas em suas avaliações. Mário Magalhães destacou a am-

pla convergência em torno da ideia de que, para haver crescimento, a principal contribuição da autoridade monetária é de fato manter a inflação em níveis reduzidos.

– Surtos temporários de crescimento com inflação têm sido geralmente infrutíferos e de ganhos transitórios, com redução das atividades econômicas em fases subseqüentes – afirmou Mário Magalhães, que obteve 19 votos favoráveis e 1 contrário.

Carreiras na iniciativa privada

Com doutorado em Economia pela Universidade de Oxford, Mário Magalhães ocupava, até abril, o cargo de economista-chefe para a América Latina do Banco ABN-AMRO. Paulo Vieira era chefe de Pesquisa e economista-chefe, também para a América Latina, do HSBC Securities, Inc.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP), durante a sabatina, perguntou aos candidatos ao BC se a



Suplicy provocou debate sobre juros na sabatina de Magalhães, cuja indicação foi relatada por Ana Júlia

manutenção dos juros no patamar mais elevado do mundo não seria a causa de problemas em outras áreas, como a depreciação do dólar que hoje prejudica as exportações. Ainda assim, Mário Magalhães reafirmou sua confiança no sistema, que tem como objetivo manter a inflação dentro de um alvo determinado, admitindo es-

treitas variações, mesmo que para isso seja necessário continuar com os juros elevados e desacelerar a economia.

Os impactos da política de juros e do câmbio flutuante sobre as exportações foram mencionados também pelo senador Wellington Salgado (PMDB-MG). Mário Magalhães ainda fez a defesa

da flutuação, com o argumento de que, nesse sistema, o dólar tende a voltar a seu valor médio histórico.

A indicação de Mário Magalhães foi relatada pela senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA), enquanto o parecer sobre a indicação de Paulo Vieira ficou a cargo de senador Valdir Raupp (PMDB-RO).

Audiência discute guerra fiscal e desoneração do ICMS

A guerra fiscal entre os estados será tema de audiência pública na CAE, de acordo com requerimento dos senadores paraenses Ana Júlia Carepa (PT) e Luiz Otávio (PMDB), aprovado pela comissão na semana passada. Os autores apontam que há estudos indicando a deterioração das finanças estaduais em decorrência das políticas de desoneração do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para atrair investimentos. Essas análises, destacam os senadores, colocam em xeque a sustentabilidade da atração de novos empreendimentos por meio desse tipo de incentivo.

Luiz Otávio, que é presidente da CAE, mencionou recente decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) declarando inconstitucional a política de incentivos mantida pelo Pará com base na desoneração de ICMS. A ação foi proposta pelo PT estadual. O senador lembrou que há ainda dezenas de ações tramitando no STF com referência a esse tipo de estímulo fiscal, oferecido por 17 unidades federativas.

Pelo requerimento, as políticas de incentivo são adotadas à revelia do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), que reúne as secretarias de Fazenda dos

estados e representantes do governo federal. O texto levanta suspeição sobre leis estaduais que, a pretexto de atrair investimentos, “têm servido para abrigar concessões nada orientadas pelo interesse público”.

Debate pode contar com o ministro Guido Mantega

Serão convidados para o debate o ministro da Fazenda, Guido Mantega, o presidente em exercício do Confaz, Bernard Appy, o presidente da Federação Nacional do Fisco Estadual (Fenafisco), Rogério Macanhão, e um representante do Ministério Público Federal. Luiz Otávio e Ana Júlia Carepa sugerem ainda a participação da Secretaria da Fazenda do Pará, de representantes da Federação das Indústrias e da Associação Comercial do Pará, entre outras instituições.

A CAE também aprovou a realização de outra audiência pública, agora para discutir o projeto de lei complementar (PLC 119/05), apresentado pelo Poder Executivo, que altera legislação vigente para permitir a transferência para o Tesouro Nacional das ações de acionistas não identificados nas sociedades anônimas de capital aberto.

Empréstimo ao Tocantins seguirá sem emendas

A CAE rejeitou emenda de Plenário, apresentada pelo senador Almeida Lima (PMDB-SE), a projeto de resolução referente a autorização para o governo do Tocantins fazer empréstimo externo de US\$ 125 milhões, destinados a financiar a construção de 70 pontes no estado. A alteração proposta pelo parlamentar tinha por finalidade impor o acompanhamento do Tribunal de Contas da União (TCU) na execução do contrato da operação pleiteada junto ao Capitalia Gruppo Bancario, da Itália.

Agora, o pedido de empréstimo voltará ao exame do Plenário na forma originalmente aprovada pela CAE, no mês passado. Na ocasião, João Ribeiro (PL), da bancada do Tocantins, defendeu-se de acusações de que estaria criando obstáculos para a aprovação do empréstimo.

O senador justificou naquele momento que havia apenas solicitado informações adicionais para melhor avaliar a proposta (PRS 33/06). Aproveitou para denunciar que haveria indícios de direcionamento na licitação para as obras. É o que demonstraria, como afirmou, processo aberto pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE). Na reunião da semana passada, ele

esclareceu que não teve qualquer ingerência sobre a decisão de Almeida Lima no sentido de pedir o acompanhamento do contrato pelo TCU.

Para João Ribeiro, licitação desperta “nítidas suspeições”

O exame da emenda ao projeto de resolução foi incluído na pauta a pedido do seu relator, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM). Justificando o parecer contrário à alteração, ele disse que não cabe ao TCU “tutelar” a execução de contratos referentes a empréstimos aprovados pelo Senado. A função do órgão, segundo Mestrinho, seria a de acompanhar seus resultados, em momento posterior.

Mais uma vez, João Ribeiro afirmou que há “nítidas suspeições” na licitação para as obras, que corresponde à segunda fase do projeto de construção de pontes no estado com financiamento do mesmo banco. Segundo ele, por levantar vícios no processo, o Tribunal de Contas do Tocantins teve seus poderes reduzidos por meio de proposta encaminhada pelo governo ao Legislativo estadual. A questão hoje encontra-se no Supremo Tribunal Federal (STF).



Demian Fiocca, presidente do BNDES, em audiência pública

Rigotto elogia ação do BNDES na crise da Varig

O governador do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto, elogiou o papel do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) nas negociações para resolver a crise da Varig. Rigotto disse que conversou com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em viagem recente, e que acredita que o governo federal participará da solução para salvar a empresa.

Os elogios foram feitos na presença do presidente do BNDES, Demian Fiocca, que também participava de audiência pública conjunta das comissões de Serviços de Infra-Estrutura (CI),

de Assuntos Sociais (CAS) e de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

Demian confirmou que o banco prorrogou até quarta-feira da semana passada o prazo para receber proposta para o empréstimo de US\$ 250 milhões a empresas interessadas em participar do leilão da Varig, decisão que atendeu a pedido dos gestores da Varig.

A companhia aérea, explicou Demian, precisa desses recursos para continuar em operação até o leilão, previsto para os próximos 60 dias. A Varig deverá ser dividida em duas empresas

– uma ficará com as dívidas enquanto a outra será vendida em leilão.

Com essa solução, a maioria dos empregos dos trabalhadores da Varig será preservada, segundo os senadores Paulo Paim (PT-RS) e Pedro Simon (PMDB-RS).

O secretário da Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, Adacir Reis, e o coordenador dos Trabalhadores do Grupo Varig, comandante Márcio Marsillac, debateram na audiência pública a questão das aposentadorias e benefícios dos funcionários ativos e inativos da Varig e o caso do fundo de

pensão Aerus, em processo de intervenção federal e liquidação judicial.

O secretário de Desenvolvimento e de Assuntos Internacionais do governo gaúcho, Luiz Roberto Pontes, disse que, ao investir recursos para salvar a Varig, o governo federal estará salvando dinheiro público.

– Os dois maiores credores da companhia são o governo, com mais de 60% de sua dívida total, e os trabalhadores, quer por salários e direitos não pagos, quer por falta de aporte ao Aerus para sua previdência complementar – explicou Pontes.

COMISSÕES



Plenário da CCJ lotado para a sabatina da jurista Cármen Lúcia Antunes Rocha (D), indicada pelo presidente da República para ser ministra do Supremo Tribunal Federal

Comissão aprova nova ministra para o STF

O nome da procuradora do estado de Minas Gerais Cármen Lúcia Antunes Rocha foi aprovado por unanimidade pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para integrar o Supremo Tribunal Federal (STF). A indicação feita pelo presidente da República será submetida ao Plenário provavelmente nesta semana. Se confirmada, Cármen Lúcia será a segunda mulher a ocupar o cargo no STF, hoje presidido pela ministra Ellen Gracie.

Cármen Lúcia deverá ocupar a vaga aberta com a saída do ministro Nelson Jobim. Ela ingressou nos quadros do Ministério Público de Minas Gerais por concurso público há 24 anos, foi procuradora-geral do estado e hoje é professora de Direito Constitucional da Pontifícia Universidade Católica (PUC-MG).

Na arguição, salientou que seu maior compromisso, se confirmada para a corte, será lutar pela aplicação prática das leis. A começar pela própria Constituição, que, conforme observou, não pode mais continuar existindo apenas como uma peça textual.

– Somos um povo que dispõe de ótimas leis. Somos capazes de preparar as melhores leis de que se tem conhecimento. No

entanto, nem sempre somos capazes de aplicar as leis que temos – afirmou.

Em curta apresentação pessoal, a procuradora também manifestou confiança no futuro do país. Segundo ela, o Brasil será uma nação “justa para todo mundo”. Essa crença, como explicou, vem de sua origem no norte de Minas, região carente, em que a luta e a esperança seriam exigência para viver e ser feliz. Fez referências ainda aos valores que recebeu da família, pelas quais foi bastante elogiada pelos senadores.

– De meu pai, recebi as lições de não roubar, não matar, sempre dizer a verdade e não cultivar a preguiça – relatou.

Crise em São Paulo vira tema da sabatina

Com a presença do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Roberto Busato, a arguição deu oportunidade a que os senadores manifestassem suas preocupações com a ordem pública depois dos incidentes em São Paulo. Cármen Lúcia evitou emitir juízos sobre as decisões tomadas pelas autoridades do estado, mas

disse que as soluções exigem um posicionamento da classe política e respeito ao princípio da “transparência”, para que se possa conhecer claramente “o que e quem está fazendo”.

– Os governantes devem levar em conta o princípio da dignidade da pessoa humana. Em respeito a ele, as pessoas precisam ter a garantia de que, no espaço público, tudo está sendo feito para que elas sintam o conforto de ter assegurado seu direito à segurança – enfatizou.

Cármen elogia reforma do Judiciário e quer decisões mais velozes

A jurista também avaliou que positiva a reforma do Judiciário, embora admitindo a necessidade de medidas que possam contribuir para acelerar as decisões judiciais. Disse ainda ser favorável a que liminares do STF sejam expedidas em decisão coletiva de ministros nos casos envolvendo disputas entre os Poderes da República, como propõe emenda constitucional já aprovada no Senado e agora em exame na Câmara. Ressaltou apenas que, nos casos de urgência, os pleitos possam ser avaliados por turmas de ministros e não exclusivamente pelo pleno do STF.

Senadores destacam razão e sensibilidade da jurista

Na arguição da indicada ao STF, os senadores ressaltaram o conhecimento jurídico da indicada, assim como sua simplicidade e a sensibilidade que demonstra para as questões sociais. O presidente da CCJ, senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), observou que foi merecida a unanimidade na votação, fato raro no exame de indicações de autoridades.

Com apoio de outros senadores de oposição, Arthur Virgílio (PSDB-AM) destacou o acerto da indicação feita pelo presidente Lula, como tem ocorrido nas demais designações para o STF, contrariando norma de “aparelhamento da máquina pública” neste governo.

Além de reputação ilibada e notório saber jurídico, Virgílio declarou identificar na procuradora “algo que para mim é essencial, o contato com a vida comum, o que lhe atribui conteúdo humano e capacidade de entender a alma das pessoas”.

– Tinha medo de que o governo tentasse partidizar o Supremo, seria uma tragédia para o país, mas houve muito critério nas duas últimas indicações – observou Jefferson Péres (PDT-AM).

A líder do PT, Ideli Salvatti (SC), afirmou ter ficado positivamente impressionada com

o reconhecimento dos demais senadores às boas indicações do presidente para o STF. Também evidenciou a importância simbólica da indicação de uma segunda mulher para integrar a corte.

– A senhora abraça a visão do Estado como promotor de políticas públicas, voltado para o interesse da sociedade e dos que mais precisam – enalteceu Ideli.

O líder do PFL, José Agripino (RN), elogiou a indicada pelo “caráter afável” e ao mesmo tempo rigoroso na afirmação de seus conceitos.

Pelas qualidades da indicada, Tasso Jereissati (PSDB-CE) disse que a CCJ não faria propriamente uma votação, mas sim uma aclamação. Demostenes Torres (PFL-GO) salientou que a procuradora não se prende apenas à “dogmática jurídica”, mas busca verdadeiramente a justiça. Para Ramez Tebet (PMDB-MS), Cármen Antunes Rocha estimula os brasileiros à ação.

Pedro Simon (PMDB-RS) enfatizou que nunca houve uma exposição igual na CCJ, em que o indicado optou por destacar valores éticos no lugar da “esnobação” jurídica. Já Serys Slhessarenko (PT-MT) observou que os sentimentos “humanistas” expressos pela indicada contribuirão para que o Supremo decida com mais sabedoria ainda.

Multa maior contra trabalho infantil

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) poderá tornar-se mais rígida em relação às pessoas que empregarem menores de 16 anos, ressalvada a contratação, na condição de aprendiz, de menores a partir dos 14 anos. A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou, em decisão terminativa, projeto de lei da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) que estabelece novos valores e multas para quem descumprir as normas de proteção ao trabalho do menor (PLS 343/05).

Pela proposta, a multa passará a ser de R\$ 611,84, aplicada tantas vezes quantos forem os menores empregados em desacordo com as normas de proteção ao trabalho dessa categoria, na condição de aprendiz. Em caso de reincidência, o valor será co-

brado em dobro. Pelo atual texto da CLT, a multa é de um salário mínimo, ou seja, R\$ 350.

“Trabalho infantil é quadro aterrador”

O projeto determina ainda uma nova multa, diferenciada e mais pesada, para a contratação de menores de 14 anos, o que não é permitido sob nenhuma hipótese. Para esses casos, a multa será de R\$ 3 mil, aplicada tantas vezes quantos forem os menores contratados. Ainda com base na proposta, todos os recursos arrecadados com a aplicação de multas serão destinados ao Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente.

Lúcia Vânia lembra, na justificativa ao seu projeto, que o drama do trabalho infantil

compõe um “quadro aterrador”, pois perpetua a exclusão que ocorre nas classes em situação de precariedade econômica e social.

– A erradicação do trabalho infantil tem de enfrentar o desafio da inclusão social não só de crianças, mas também de suas famílias, compreendendo a cidadania como pleno exercício dos direitos sociais, civis e políticos – afirma a senadora.

Em seu parecer favorável, o senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) recorda que o poder público vem desenvolvendo vários programas com o objetivo de contribuir para a geração de empregos e treinamento profissional para melhorar a qualidade de vida dos membros adultos das famílias.

Proibida exigência de teste genético prévio

A realização de teste genético para detecção prévia de doenças como condição para participar de planos de assistência à saúde poderá ser proibida. Projeto de lei (PLS 231/00) do senador Juvêncio da Fonseca (PSDB-MS) foi aprovado em decisão terminativa pela Comissão de Assuntos Sociais.

A proposta acrescenta dispositivo à lei que regulamenta os planos de saúde (9.656/98), para coibir a exigência de testes genéticos. Para Juvêncio, a detecção prévia de doenças deve ser realizada como uma necessidade médica e não como instrumento discriminatório.

– O objetivo do seguro de saúde é a socialização do prejuízo financeiro advindo da doença. Inteirar-se da doença potencial antecipadamente e excluir o potencial

doente da socialização do seu prejuízo é não apenas discriminá-lo, mas tirar-lhe a vida com qualidade também antecipadamente – justificou Juvêncio.

Essa é também a opinião do relator, senador Mão Santa (PMDB-PI), para quem a detecção prévia de doenças deve ser encarada como o resultado da evolução do conhecimento científico e tecnológico na área médica, mas só deve ser utilizada em benefício das pessoas.

– Novas portas se abrem para a detecção precoce e o tratamento mais efetivo de patologias de caráter genético, mas a realização de testes genéticos pode se transformar em instrumento discriminatório, cujo uso atenta contra os direitos humanos, individuais e sociais – acentuou Mão Santa.

COMISSÕES

Escolas para crianças a partir de 4 anos

As crianças que completarem quatro anos de idade poderão passar a ter direito a uma vaga nas escolas públicas mais próximas às suas residências. A medida está prevista em projeto de lei (PLS 3/06) do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) aprovado, em decisão terminativa, na Comissão de Educação (CE) na semana passada. Se não houver recurso para submeter o projeto a votação em Plenário, ele será enviado diretamente ao exame da Câmara dos Deputados.

O objetivo da proposta, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), é, segundo o parlamentar, assegurar o acesso, a permanência e o sucesso das crianças na escola.

– Já é tempo de o Brasil levar a sério a educação das crianças, e, assim, viabilizar seu futuro – afirmou Cristovam.

Para o relator da matéria, senador Juvêncio da Fonseca (PSDB-MS), a escolarização na primeira infância, além de ser um direito básico de todas as crianças, facilita a inserção das mulheres no mercado de trabalho, produzindo efeitos consideráveis a longo prazo.

Muitas famílias que gostariam de matricular suas crianças se

deparam com a dificuldade de conseguir vagas, especialmente próximas às moradias, pois a oferta de pré-escolas no país ainda é relativamente reduzida.

– Enquanto o Censo Demográfico de 2000 contabilizou quase 7 milhões de crianças de quatro e cinco anos, o Censo Escolar do Ministério da Educação, já em 2004, registrou aproximadamente 4 milhões de matrículas dessa faixa etária na pré-escola. O déficit de atendimento é, portanto, considerável – explica o senador na justificativa de seu projeto.

Cristovam vê muitas vantagens no acesso das crianças à escola aos quatro anos.

– Muitas habilidades cognitivas são formadas até os dez

anos de idade. Nesse período, as crianças dão início a processos de aprendizagem e socialização decisivos para seu desenvolvimento. Assim, a importância da pré-escola para o sucesso escolar é incontestável e há muito tempo conhecida dos pedagogos e especialistas em educação – assinalou.

Na defesa da proposta, o senador cita também pesquisa realizada recentemente pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), segundo a qual, por exemplo, 66% dos alunos que cursaram a pré-escola concluíram o ensino médio na idade adequada. Esse índice, compara, caiu para 45% entre os que só passaram a frequentar a escola a partir do ensino fundamental.



Cristovam (E), autor, e Juvêncio, relator, destacaram virtudes do projeto: “Já é hora de o Brasil levar a educação das crianças a sério”

FOTOS: J. FREITAS

Especialistas pedem leis severas contra pirataria

A pirataria no setor de audiovisual faz parte de uma rede internacional de organizações criminosas e o Brasil precisa alterar a legislação para que ela seja, efetivamente, um instrumento de combate a essa prática. É o que defenderam especialistas em audiência pública promovida pelas subcomissões permanentes de Cinema, Teatro e Comunicação Social e de Ciência e Tecnologia, que funcionam no âmbito da Comissão de Educação.

O presidente da Associação Brasileira de Propriedade Intelectual (ABPI), Gustavo Starling Leonardos, informou que 75% de toda a pirataria praticada no país provém do exterior. Para ele, as leis brasileiras, especialmente as alfandegárias, precisam ser alteradas para dificultar essa ação criminosa.

De acordo com o presidente da ABPI, apenas 5% das importações são fiscalizadas nas alfândegas e cerca de 80% são liberados automaticamente. Leonardos disse ainda que à noite não há fiscalização, período em que o contrabando entra livremente no país.

Gustavo Leonardos revelou que aproximadamente metade das mercadorias vendidas nas ruas é falsa. Segundo ele, o ingresso de mídia virgem por meio de contrabando é o principal fator que contribui para o barateamento dos produtos piratas.

O presidente da ABPI informou também que 40% do preço dos CDs são formados por impostos, o que torna o custo da mídia legalizada muito superior ao falsificado, uma vez que o produto pirata não paga tributos. Ele advertiu que a cadeia da pirataria favorece o crescimento da economia informal, pune a indústria nacional e retira empregos do país.

Coordenado por Flávio Arns (PT-PR), presidente da Subcomissão de Ciência e Tecnologia, o debate público foi iniciativa de Romeu Tuma (PFL-SP) e Paulo Paim (PT-RS). Segundo Sérgio Zambiasi (PTB-RS), 41% dos consumidores de CDs piratas são jovens de 16 a 21 anos. O senador sugeriu que campanhas educativas sejam adotadas nas salas de aula, para conscientizar as crianças sobre o prejuízo que a pirataria causa à sociedade.



Romeu Tuma, um dos autores da proposta de audiência pública, defende a necessidade de legislação mais rigorosa

Controle estatal sobre empresas jornalísticas poderá ser reduzido

A legislação que dispõe sobre a constituição societária das empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e imagens poderá ser alterada. A proposta foi aprovada pela Comissão de Educação (CE), por meio de parecer do senador Edison Lobão (PFL-MA) ao projeto de lei (PLS 222/05) do senador licenciado e ministro das Comunicações Hélio Costa, com o objetivo de reduzir a intervenção estatal na constituição dessas empresas.

A matéria segue para análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde terá decisão terminativa.

Hélio Costa (PMDB-MG), que é jornalista, afirma que o excessivo controle estatal sobre as empresas de radiodifusão, além de desnecessário, é prejudicial à atividade, pois inibe os investimentos. Por isso, propõe a modificação do artigo 3º da Lei 10.610/02, que passaria a vigorar da seguinte forma:

“As alterações de controle

societário das empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens que tenham, na composição de seu capital social, a participação de estrangeiros ou de brasileiros naturalizados há menos de dez anos, serão comunicadas ao Congresso Nacional”.

Pelo atual texto, qualquer mudança deve ser informada ao Congresso.

Além disso, a proposta modifica a Lei 4.117/62 para permitir que somente a cessão

de cotas ou ações a estrangeiros ou a brasileiros naturalizados há menos de dez anos seja informada ao Executivo. Também deverá ser informada qualquer transferência direta da concessão ou permissão, a modificação do quadro diretivo, a alteração do controle societário das entidades que executam o serviço de radiodifusão sonora com potência superior a 50kW ou o serviço de radiodifusão de sons e imagens cuja programação básica seja transmitida por

outras emissoras em âmbito estadual, regional ou nacional. Hoje, qualquer modificação deve ser comunicada ao Poder Executivo.

Ao aprovar integralmente o projeto, Lobão destacou que os diversos diplomas legais que regem a atividade jornalística e de radiodifusão no Brasil não se traduzem em efetiva fiscalização no setor, dificultam a negociação com investidores e encarecem o custo de capital para empresas nacionais.

A CE aprovou ainda parecer da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ao projeto de lei que institui o ano de 2006 como o Ano da Juventude (PLC 137/05). Será adotada uma série de ações voltadas a garantir oportunidades no mercado de trabalho; acesso à educação superior e permanência nela, especialmente o financiamento aos estudantes, aos bens culturais e à inovação científica e tecnológica.

O projeto determina ainda que a União deverá estabelecer parcerias com os estados e municípios para garantir o cumprimento das medidas.

Para o relator Edison Lobão, excesso de leis não garante a fiscalização

COMISSÕES

Novo embaixador para a Bolívia

A indicação do novo embaixador brasileiro em La Paz, Frederico Cezar de Araújo, recebeu na quinta-feira parecer favorável da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). A votação da mensagem havia sido suspensa no início do mês, a pedido do relator da matéria, Arthur Virgílio (PSDB-AM), que aceitou apresentar seu parecer após audiência pública sobre a nacionalização das reservas bolivianas de gás, que contou com a presença do ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau, e do presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli.

Virgílio disse ter ficado satisfeito com as explicações de Rondeau e de Gabrielli. A seu ver, a Petrobras estaria “cumprindo seu dever” ao proteger os interesses do Brasil e de seus acionistas. Além disso, observou, o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, teria concordado com algumas das críticas feitas pela oposição ao processo de nacionalização das reservas de gás na Bolívia.

– Será fundamental que o ministro Celso Amorim chegue a La Paz, em sua próxima viagem, levando como demonstração de boa vontade a aprovação pela comissão do nome do embaixador brasileiro – afirmou Virgílio.

O gesto do senador foi elogiado pelo presidente da CRE, Roberto Saturnino (PT-RJ). Na sua opinião, a aprovação do nome do

novo embaixador poderá reforçar a posição do Brasil no processo de negociação com a Bolívia a respeito dos interesses brasileiros envolvidos no processo de nacionalização.

Atual embaixador brasileiro na Austrália, Araújo disse já ter identificado uma redução no “clima antagônico” do relacionamento bilateral nas semanas posteriores à decisão anunciada pelo presidente boliviano Evo Morales. O embaixador relatou que já existem grupos de trabalho formados por técnicos dos dois países trabalhando em temas como a indenização pelos investimentos feitos pela Petrobras na Bolívia. Na sua opinião, a Bolívia é “fundamental” no processo mais amplo de integração da América do Sul.

Relator destaca grande parceria comercial

De acordo com o parecer, os dois países têm fronteira comum de 3.423 quilômetros. O Brasil é o principal parceiro comercial da Bolívia, além de maior investidor no país. Somente a Petrobras, segundo o texto, aplicou cerca de US\$ 1,5 bilhão em operações bolivianas e contribui, atualmente, com 22% da arrecadação fiscal daquele país.

Durante a mesma reunião, comandada pelo presidente da comissão, foi aprovado requerimento de Heráclito Fortes (PFL-PI) e de outros senadores, de



Ministro Silas Rondeau (D), ao lado de Saturnino, Gabrielli e Serys, fala aos senadores da CRE

convite ao assessor especial da Presidência da República Marco Aurélio Garcia, para prestar esclarecimentos sobre a crise entre a Bolívia e o Brasil. Garcia deverá explicar divergências que teria mantido com o ministro Celso Amorim.

– Existe uma inquietação com a desmontagem do assessor, que critica posição do ministro das Relações Exteriores. Gostaríamos que ele explicasse o que faz e como está seu entrosamento com Amorim – disse Virgílio.

Segundo Eduardo Suplicy (PT-SP), o convite será uma oportunidade de o assessor demonstrar que age em entrosamento com o ministro.



Frederico Cezar de Araújo, aprovado para embaixada em La Paz, observa redução de “clima antagônico” nas relações bilaterais

Petrobras negociará com autonomia

A Petrobras deverá ter autonomia para negociar com o governo da Bolívia os termos da indenização pelos seus investimentos, disse o ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau, em audiência pública da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, na terça-feira. Em resposta a Jefferson Péres (PDT-AM), autor do requerimento para a realização da audiência, ele negou que o governo tenha a intenção de intervir no processo para resguardar a política de integração continental.

– Não haverá pressão do governo para que se flexibilize a negociação, afrontando a lógica empresarial da Petrobras – assegurou Rondeau, após classificar a estatal brasileira como uma

“referência mundial” no setor de energia.

Ao dar início aos debates dos senadores com Rondeau e com o presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, Jefferson disse que também defende a integração continental, mas observou que essa integração deve levar em conta os interesses do Brasil. Por essa razão, quis saber de Gabrielli se a Petrobras exigiria indenização prévia pela nacionalização de suas refinarias na Bolívia e quem seria responsável pela elaboração da auditoria prometida pelo governo de La Paz a respeito dos investimentos feitos no país.

O presidente da Petrobras informou que a indenização prévia está prevista na Constituição

da Bolívia. Quanto à auditoria, acrescentou, não deverá ser feita de forma unilateral. Os dados a serem colhidos pelo governo boliviano deverão ser conferidos com os de uma auditoria a ser promovida pela Petrobras, para que se chegue a solução satisfatória a respeito da indenização aos investimentos realizados pela empresa.

Rondeau esclareceu que o gás natural responde por 9,3% da matriz energética brasileira. Ele observou que as reservas bolivianas de gás, antes da construção do gasoduto para o Brasil, eram de 5,7 trilhões de pés cúbicos – hoje elas são de 48,7 trilhões. A venda de gás ao Brasil rende à Bolívia divisas de US\$ 1,4 bilhão por ano, informou o ministro.

Gabrielli: “Alternativa à negociação seria a guerra”

As posições do governo e da Petrobras em relação à nacionalização do gás boliviano são complementares, afirmou o presidente da empresa, José Sérgio Gabrielli, em audiência na CRE. A única alternativa à postura de negociação adotada pelo governo, disse, seria a de um conflito aberto com o país vizinho.

– Se o governo brasileiro estivesse agredindo a Bolívia, não poderíamos estar negociando. A outra alternativa é a guerra, e o governo brasileiro não vai

trobras está fazendo o “dever de casa” e que o país está buscando uma política de “independência energética”, que seria anterior à auto-suficiência. Eduardo Azeredo (PSDB-MG) criticou declaração do diretor da Petrobras Ildo Sauer, segundo o qual o governo da Bolívia cairia em três meses se não mantivesse o abastecimento de gás ao Brasil. Para o ministro de Minas e Energia, a declaração teria sido mal interpretada.

Serys Shlessarenko (PT-MT) e Ana Júlia Carepa (PT-PA) apóiam

Senadores defendem investimentos na produção nacional de gás

..... a continuidade das negociações com a Bolívia para que se encontre uma solução pacífica. Eduardo Suplicy (PT-SP) lembrou que há 300 mil bolivianos em

São Paulo e defendeu o livre trânsito de pessoas na América do Sul. O aumento do consumo de energia pelo Brasil foi motivo de preocupação de Sibá Machado (PT-AC), no caso de maior crescimento da economia brasileira.

Valdir Raupp (PMDB-RO) pediu a rápida construção do gasoduto entre Urucu (AM) e Porto Velho (RO). Por sua vez, Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) disse que respeitava a soberania da Bolívia, embora criticasse os “excessos” verbais do presidente Evo Morales.

Maciel discursa sobre Mercosul e União Européia

Ao discursar em Plenário, Marco Maciel (PFL-PE) lembrou as trajetórias das áreas de livre comércio da Europa (União Européia) e do Cone Sul (Mercosul). O senador registrou que a Europa iniciou no dia 9 as celebrações pelo cinquentenário do Tratado de Roma, firmado em 1957, e que deu origem à Comunidade Econômica Européia, atual União Européia. Ele recordou que o Mercosul teve suas primeiras sementes há mais de cem anos com o Barão do Rio Branco. Destacou a assinatura, em 1991, do tratado que criou o Mercosul, entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Segundo Maciel, o bloco enfrenta no momento “a mais grave crise de sua vida”.

Indicada para Coréia do Sul anuncia prioridades

A cooperação em ciência e tecnologia deverá ser a prioridade do relacionamento entre o Brasil e a Coréia do Sul, anunciou a embaixadora designada para aquele país, Celina Maria Assumpção do Valle Pereira, cuja indicação foi aprovada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

A embaixadora divulgou, entre os projetos, a instalação no Brasil de centro de pesquisa conjunta em tecnologia da informação e a cooperação na área de energia. Nesse caso, a ênfase será para a utilização de etanol pelos coreanos.

PLENÁRIO

Lobão destaca queda no trabalho infantil

O senador Edison Lobão (PFL-MA), durante discurso em Plenário na sexta-feira, citou dados de um relatório recentemente divulgado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) que constata queda acentuada do trabalho infantil em todo o mundo e, especialmente, no Brasil. Os índices de ocupação profissional das crianças brasileiras de cinco a nove anos caíram 61% de 1992 a 2004. Na faixa etária de dez a 17 anos, a queda foi de 36%. O número atual de trabalhadores infantis em todo o mundo caiu em 11% entre 2000 e 2004: de 246 milhões para 218 milhões.

– O Brasil, no contexto internacional, coloca-se como exemplo de avanço no enfrentamento do trabalho infantil – salientou.

Outros dados divulgados merecem atenção. Segundo Lobão, o número de crianças e adolescentes de cinco a 17 anos envol-

vidos em trabalho perigoso diminuiu 26%, ou seja, foram 126 milhões em 2004 contra os 171 milhões em estimativas anteriores. Entre as crianças de cinco a 14 anos, a diminuição foi de 33%. O desafio dos 20 Estados membros da OIT agora é a mudança dos índices do trabalho rural, onde sete em cada dez crianças ainda realizam trabalho árduo.

O relatório atribui a redução do trabalho infantil à vontade política, à conscientização e a ações concretas no combate à pobreza e na melhoria da educação. Lobão citou programas como o Bolsa Escola – iniciativa brasileira reconhecida internacionalmente,

iniciada durante a gestão de Cristovam Buarque (PDT-DF) no governo do Distrito Federal – e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), vinculado ao Bolsa Família e gerido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.



CÉLIO AZEVEDO

Para Edison Lobão, o Brasil é exemplo internacional no combate ao problema

Zambiasi: cresce maternidade precoce

Sérgio Zambiasi (PTB-RS) fez uma homenagem às mães brasileiras pelo seu dia, comemorado no dia 14, em especial às adolescentes na faixa etária entre 15 e 19 anos. Esse segmento populacional, disse, abrange cerca de 800 mil mulheres que se tornam mães precoces porque as famílias de baixa renda no Brasil não têm acesso ao planejamento familiar. Daí decorrem, acrescentou, sérias mazelas sociais que geram quadros de degradação social e

de aumento da violência.

Dados do IBGE apontam, segundo o senador, a existência de 47 milhões de mulheres em idade fértil naquela faixa etária. Isso seria mais um indicativo, na opinião de Zambiasi, da urgência da adoção de políticas que envolvam diversos setores da sociedade civil, além do governo, para diminuir “o quadro dramático de mães precoces relegadas ao abandono”.

– Essas jovens adentram o

mundo do adulto com toda a dureza, não podendo brincar com bonecas, pois têm de cuidar de outra criança – disse.

O parlamentar acrescentou que, em sua maioria, mães adolescentes são muito pobres e, de modo geral, renegadas pela família. Também o pai da criança comumente não está preparado para assumir a paternidade responsável, no que tem o aval de uma sociedade machista, que delega à mulher a responsabilidade.

Pode faltar energia, alerta Raupp

Valdir Raupp (PMDB-RO) alertou o governo para o risco de atraso nas obras previstas no Plano Decenal de Energia Elétrica, do Ministério de Minas e Energia. O senador disse que o aumento de 4,6% no consumo de energia elétrica em 2005 em relação ao ano anterior mostra que o país precisa de um conjunto alternativo de usinas para atender ao crescimento da demanda.

– É importante que o poder público esteja preparado para toda a sorte de obstáculos que venham a impedir ou atrasar a execução dos projetos – declarou.

Entre esses obstáculos, segundo Raupp, está a redução da capacidade de investimentos do Estado. Além disso, frisou, os



JANE ARAUJO

Atraso na construção de usinas poderá afetar fornecimento de energia elétrica, afirma Raupp

projetos de geração e transmissão de energia exigem longo prazo de maturação.

Documento da Câmara Brasi-

leira dos Investidores em Energia Elétrica, com sugestões para o plano decenal, foi citado pelo senador. No texto, a entidade afirma que “a oferta de energia elétrica nos próximos anos é assunto de crucial atenção empresarial”.

O plano decenal prevê as usinas hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, que, juntamente com a hidrelétrica Belo Monte e a usina nuclear Angra III, serão responsáveis por um terço de toda a capacidade a ser incrementada até 2015, informou Raupp.

O senador ressaltou a importância da participação da comunidade e do setor empresarial na elaboração dos programas de produção de energia.

Para Arthur Virgílio, Lula menospreza agronegócio

Ao comentar matéria publicada na sexta-feira pelo jornal *Folha de S. Paulo*, o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), criticou declarações que teriam sido feitas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Segundo o jornal, Lula recriminou algumas das atitudes de fazendeiros que protestam contra seu governo, afirmando que “essas são as típicas cretinices que ocorrem em tempos de disputa eleitoral”.

O presidente teria feito o comentário depois de referir-se a um adesivo de automóvel – “Lula é a desgraça da agricultura” – e criticar os fazendeiros, por pensarem que ele seria favorável à crise do agronegó-

cio para, assim, poder oferecer mais terras à reforma agrária. As afirmações teriam sido feitas na quinta-feira, em reunião com integrantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).

Para Arthur Virgílio, o presidente Lula “até hoje não compreendeu a importância que o agronegócio tem para a balança comercial brasileira ao gerar excedentes que, sem dúvida, ajudam a financiar diversas políticas públicas”. Os produtores rurais vêm realizando uma série de protestos em diversas partes do país, sendo uma das reivindicações dos fazendeiros a renegociação de suas dívidas.

Sibá: PT pede a Lula que se candidate à reeleição

Sibá Machado (PT-AC) confirmou em Plenário, na sexta-feira, que o PT quer que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva se coloque como candidato à reeleição. Para o senador, as políticas implementadas pelo governo Lula trouxeram benefícios à sociedade brasileira e justificam sua continuidade na Presidência da República.

Entre as conquistas do atual governo, Sibá registrou a diminuição em 8% da miséria no Brasil, conforme estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) publicado em novembro do ano passado. Segundo ele, isso significa que 3,2 milhões de

peças saíram do contingente da população que vive abaixo da linha da pobreza. O senador informou também que, de acordo com dados da Pesqui-

reamostra Nacional por Domicílios (Pnad), as políticas públicas do atual governo resultaram na maior redução da desigualdade desde 1976, principalmente pelo aumento de 5,8% da renda dos 50% brasileiros mais pobres.

Sibá ressaltou ainda que o salário mínimo tem o maior valor real desde 1989, de acordo com dados do Departamento Inter-sindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese).

Redução da pobreza justifica a continuidade, diz o senador

Simon apela por candidatura própria do PMDB em outubro

Em tom emocionado, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) fez apelo à ala governista de seu partido, ao presidente do Senado, Renan Calheiros, e ao ex-presidente José Sarney (AP), para que o PMDB tenha candidatura própria à Presidência da República nas eleições de outubro. Simon disse ter ouvido rumores de que haveria um movimento para transferir a convenção do partido, prevista para 11 de junho, para o dia 29 do mesmo mês, o que, na sua avaliação, enterraria de vez a tese da candidatura própria.

– Se o PMDB for para essa

eleição sem candidato, poderá eleger grande número de deputados e senadores, mas o partido acabou. Agora, se o PMDB tiver uma linha, pode ser um grande partido – apostou.

Para Simon, o momento por que passa o país pede que haja um entendimento entre todos os partidos para a construção de uma frente em prol da reconstrução da nação.

O senador disse perceber na população, desiludida com o PT, movimento que representa um desafio para o PMDB assumir seu compromisso com a reconstrução do país.

Dia de combate à exploração sexual de crianças

Patrícia Saboya (PSB-CE) participou, na quinta-feira, de manifestação do Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, na Esplanada dos Ministérios. Patrícia assistiu também ao lançamento do Marco Teórico da Saúde Sexual e Reprodutiva do Jovem e do Adolescente, texto no qual o Mi-

nistério da Saúde reconhece que a vida sexual dos jovens merece atenção do poder público.

Dirigido a gestores da área de saúde, o documento pretende auxiliar os jovens a usufruir dos seus direitos sexuais e reprodutivos com responsabilidade. Patrícia ressaltou que o adolescente tem direito à educação sexual, numa visão aberta, não

moralista, mas protetora.

Ainda como parte das manifestações realizadas quinta-feira, crianças e adolescentes entregaram um abaixo-assinado à Câmara dos Deputados pedindo urgência nas votações de projetos, que tornam mais rígidas as punições a crimes sexuais praticados contra a população infanto-juvenil.

Paim destaca conferência sobre direitos da pessoa com deficiência

Paulo Paim (PT-RS) afirmou que foi bem-sucedida a 1ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, ocorrida em Brasília entre os dias 12 e 15 de maio. O senador participou de um painel no evento, assim como os senadores Flávio Arns (PT-PR) e Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

– Foi um grande momento de reflexão e um forte elo na luta em favor das pessoas com deficiência – avaliou.

Paim ressaltou a importância da Convenção Internacional de Direitos Humanos da Pessoa com Deficiência, que será promulgada em 2007 pela Organização das Nações Unidas.

Voz do Leitor

REGIME FECHADO

Como cidadão patriota e preocupado com o país, exijo dos parlamentares um exame das leis que beneficiam réus que deveriam cumprir condenação em regime fechado, como os autores de crimes de morte, tortura e abuso de poder. Gostaria também que os magistrados passassem por exames psicológicos uma vez por ano para seguirem na função de juízes. A Justiça, aliás, além de morosa, costuma privilegiar os réus que têm mais recursos financeiros.

Paulo Rogério Santos da Silva, de Porto Alegre (RS)

LIBERAÇÃO DE VERBAS

“Senador Eduardo Azeredo, solicito intervenção junto aos órgãos competentes para que seja liberada verba para a construção de um trevo na BR-050, cruzamento com a BR-153, na fronteira entre Itumbiara (GO) e Araporã (MG).”

Luciano Mota de Oliveira, de Itumbiara (GO)

HELOÍSA HELENA

“Gostaria de parabenizar a senadora Heloísa Helena pela rigorosa atuação que ela teve diante dos trabalhos da já encerrada CPMI dos Correios.”

Jullivan Mendes de Mesquita, de Teresina (PI)

MEDIDA PROVISÓRIA

“Faço um apelo à Câmara e ao Senado para que proponham a realização de um plebiscito simultaneamente à próxima eleição, usando a infra-estrutura dela, em que a população seja consultada sobre suprimir o art. 62 da Constituição, para acabar

com essa aberração ignóbil de o Executivo legislar através de medida provisória.”

Fabiano Urbano Costa, de Vigia (PA)

TELEFONE CELULAR

“Sugiro aos parlamentares que apóiem os projetos de lei 44/03 e 7.415/02 (números na Câmara dos Deputados) proibindo as empresas de telefonia celular de colocar validade nos créditos de cartão de telefone pré-pago. As empresas estão obrigando o consumidor a gastar todo o crédito dentro de um prazo pequeno, às vezes de apenas 20 dias, e caso não seja usado, a empresa bloqueia as ligações. Onde está o direito de liberdade do consumidor?”

Fábio Alves Leão, de Rio Verde (GO)

BOLÍVIA

“Como poucos brasileiros, acredito que essa política assistencialista do presidente Lula com a Bolívia, além de equivocada, é um desafio com o povo brasileiro. Fazer caridade com o dinheiro público é muito fácil. Se a Bolívia aumenta o preço do gás, a Petrobras deve manter sua posição coerente de não investir no gás mais caro. Por que comprar mais caro? Estamos expandindo o Fome Zero para a Bolívia? Um estadista deve defender os interesses do seu país. O que nossos políticos estão fazendo? Campanha eleitoral na Bolívia? Basta à farra com o dinheiro público, somos nós que a pagamos. Não ao assistencialismo à Bolívia!!! Se o Lula quiser fazer caridade, que pague a conta com o seu próprio bolso! O do Brasil, não!!!”

Carlos Cordeiro de Souza, de São Paulo (SP)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

Pergunte ao Senador

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Relson Roberto Santos, de Serrolândia (BA)

“Senador Rodolpho Tourinho, sabemos que a Previdência Social está com um déficit muito grande. O que é preciso fazer para contornar isso? O seu projeto de aposentadoria para as empregadas domésticas é muito bom, mas vai melhorar o déficit previdenciário?”

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) responde:



Prezado Relson, o problema do déficit da Previdência é bastante complexo, mas tenho a convicção de que um dos pontos fundamentais é a falta de eficiência do governo na fiscalização e cobrança dos grandes sonegadores, pois eles são conhecidos.

O meu projeto – PLS 318/05 – é de aposentadoria para as donas-de-casa de famílias de baixa renda e para os trabalhadores de baixa renda. Essas pessoas carentes, hoje, já oneram a assistência social na velhice, com direito a um salário mínimo como benefício de assistência continuada, muitas vezes sem nunca terem contribuído para a Previdência durante os anos em que trabalharam.

Portanto, em relação à Previdência, passará a haver uma contribuição desses beneficiários, com alíquota menor do que as alíquotas dos demais contribuintes, o que já deixa claro que os recursos da Previdência estarão sendo elevados. E não tenho dúvidas de que os trabalhadores de baixa renda e as donas-de-casa de famílias de baixa renda terão a dignidade resgatada, podendo contribuir para obter uma aposentadoria com o reconhecimento do seu próprio trabalho, ao invés de baterem às portas da assistência social, na velhice, para pleitearem “esmola”.

Pelo texto do projeto – encaminhado à Câmara no início de maio –, terá direito a aposentadoria o contribuinte individual com renda mensal de até dois salários mínimos e que trabalhe por conta própria, sem relação de trabalho com empresa ou equiparado, e o segurado facultativo sem renda própria que se dedique exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência. O recolhimento para a Previdência será de 11% sobre o valor correspondente ao limite mínimo mensal do salário de contribuição.

INCENTIVO À LEITURA

Arianderson Nascimento, de Feira de Santana (BA)

“Senador Cristovam Buarque, com a Lei 11.196/05, resultante da chamada MP do Bem, haverá incentivos fiscais para promover a inclusão digital. Tal medida não poderia ser estendida aos livros, principalmente de escritores brasileiros, como forma de barateá-los?”

O senador Cristovam Buarque (PT-DF) responde:



Eu sou favorável, sim, a que se incluam os livros nos incentivos. E estamos pensando em apresentar um projeto de lei nesse sentido.

Frases

“Devemos cortar o diálogo com o governo que tem um homem que faz uma bobagem desse tamanho. Eu peço que o presidente o obrigue a desmentir ou peça a sua demissão [de Tarso Genro]”

Tasso Jereissati, sobre entrevista em que o ministro das Relações Institucionais culpou o ex-governador Geraldo Alckmin pela violência em São Paulo.

“Quem está perdendo nas pesquisas fica mais exaltado”

Romero Jucá, ao comentar obstrução das votações pela oposição em protesto às declarações de Tarso Genro.

“A base da segurança pública é criminoso na cadeia e polícia respeitada nas ruas”

Romeu Tuma, para quem medidas contra a violência só valerão se Executivo e Judiciário não diminuam a sua eficácia com vetos ou benevolência judicial.

“Enquanto houver consumo de drogas, haverá o tráfico. E consumo haverá sempre”

Jefferson Péres, ao propor amplo debate sobre a legalização da venda de drogas.

“Não conheço nenhuma Penha, não conheço o senhor Verdoim, não tenho negócios em Mato Grosso e não envergonharia o meu mandato e nem humilharia a Paraíba por nada neste mundo”

Ney Suassuna, negando envolvimento no desvio de recursos destinados à compra de ambulâncias.

“Pela minha história e pelo papel do meu partido, vou defender com unhas e dentes a unidade do PFL”

José Agripino, após perder para José Jorge a vaga do PFL a vice-presidente na chapa de Alckmin.

“Se o governo brasileiro estivesse agredindo a Bolívia, não poderíamos estar negociando. A outra alternativa é a guerra, e o governo não vai fazer isso”

José Sérgio Gabrielli, presidente da Petrobras, sobre a crise com a Bolívia.

“Quando os bolivianos fecharem a válvula do gasoduto, o que eu faço? Mando o Exército abrir?”

Edison Lobão, citando Ernesto Geisel, que era contra a idéia do gasoduto Bolívia-Brasil.

Foto da Semana

Na última terça-feira, 1,5 mil trabalhadores rurais e agricultores familiares participaram do 12º Grito da Terra, em frente ao Congresso, que promoveu no mesmo dia audiência pública para discutir a crise na agropecuária. Os manifestantes pediam garantias de preço mínimo e mais recursos para o programa de crédito da agricultura familiar (Pronaf), entre outras reivindicações



ROOSEWELT PINHEIRO/ABR

Violência e papel do Estado

A demonstração de força dada na última semana em São Paulo e em outros estados pelo crime organizado colocou em xeque a área de segurança pública do país. A onda de violência produziu números de uma guerra: mais de cem mortos entre bandidos, policiais e civis, e cerca de 250 atentados em mais de 70 horas de pânico e destruição. A ação simultânea teve como principal instrumento o telefone celular a serviço do crime. O Senado, em caráter de urgência, criou uma comissão especial, por meio da Comissão de Constituição e Justiça, e aprovou um pacote emergencial de 11 projetos para combater a criminalidade. Diante do episódio inédito, o que o cidadão pode esperar do Estado? Qual a eficácia das

propostas apresentadas pelo Congresso? *O Conexão Senado* desta segunda-feira, às 12h, na Rádio Senado, debate essas e outras questões. O ouvinte pode participar pelo telefone (61) 3311-1261, pelo fax (61) 3311-2777 ou pelo e-mail conexao@senado.gov.br.

TV Senado exhibe Armandinho Macedo

O bandolinista baiano Armandinho Macedo é a atração deste fim de semana na TV Senado. O *show* foi gravado no início de maio no Clube do Choro de Brasília, que neste ano homenageia o maestro Radamés Gnattali. Filho de Osmar Macedo, um dos criadores do trio elétrico, Armandinho demonstra ter em seu trabalho influência eclética - de Jacob do Bandolim, Ernesto Nazareth, Pixinguinha,



DIVULGAÇÃO BISCOITO FINO

Armandinho Macedo começou a carreira ainda garoto, em cima do Trio Elétrico Dodô e Osmar, seu pai: influência musical eclética

Garoto, Zequinha de Abreu e Waldir Azevedo, e até Beatles, Jimmy Hendrix e Rolling Stones, entre outros.

A apresentação do bandolinista irá ao ar à meia-noite de sábado para domingo, com reprise no domingo, às 14h30.

TV Senado

SEGUNDA-FEIRA

1h - Cidadania 1
2h - Especiais
2h30 - Fala Cidadão
3h - Idéias
3h30 - Entrevista 1
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Idéias
5h30 - Fala Cidadão
6h - Cidadania 2
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 2
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Especiais/Comissões
12h - Idéias
12h30 - Entrevista 3
13h - Cidadania 3
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Conversa de Músico
19h30 - Cidadania 4
20h30 - Entrevista 4
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

TERÇA-FEIRA

1h - Cidadania 4
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 4
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 1
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 1
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Comissões (ao vivo)
13h - Cidadania 2
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/Comissões
19h30 - Cidadania 3/Comissões
20h30 - Entrevista 3
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

QUARTA-FEIRA

1h - Cidadania 3
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil

3h30 - Entrevista 3
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 4
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 4
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Comissões (ao vivo)
13h - Cidadania 1
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/Comissões
19h30 - Cidadania 2/Comissões
20h30 - Entrevista 2
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

QUINTA-FEIRA

1h - Cidadania 2
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 2
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 3
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 3
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Plenário (ao vivo)
13h - Cidadania 4
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/Comissões
19h30 - Cidadania 1/Comissões
20h30 - Entrevista 1
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

SEXTA-FEIRA

1h - Cidadania 1
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 1
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 2
7h - Especiais

7h30 - Entrevista 2
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Plenário (ao vivo)
13h - Cidadania 3
14h15 - Jornal do Senado
14h30 - Plenário/Comissões (reapresentação)
19h30 - Cidadania 4
20h30 - Entrevista 4
21h - Jornal do Senado
21h30 - Conversa de Músico
22h - Debate Brasil/Espaço Cultural
23h30 - Idéias
24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

SÁBADO

1h - Cidadania
2h - Idéias
2h30 - Jornal do Senado
3h - Especiais
3h30 - Entrevista
4h - Fala Cidadão
4h30 - De Coração
5h - Especiais
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania
7h - Idéias
7h30 - Entrevista
8h - De Coração
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais
9h30 - Leituras
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Idéias
11h30 - Especiais
12h - Jornal do Senado
12h30 - Entrevista
13h - Fala Cidadão
13h30 - Cidadania
14h30 - Conversa de Músico
15h - Espaço Cultural
16h - Debate Brasil/Especiais
17h - Entrevista
17h30 - Idéias
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
19h - Cidadania
20h - Leituras
20h30 - Fala Cidadão
21h - Jornal do Senado
21h30 - Espaço Cultural
23h - Idéias
23h30 - De Coração
24h - Espaço Cultural/Entrevista

DOMINGO

1h - Cidadania
2h - Fala Cidadão
2h30 - Jornal do Senado
3h - Especiais
3h30 - Entrevista
4h - Idéias

Como sintonizar

TV A CABO

NET, Canbras TVA, Canbras e Vídeo Cabo

TV POR ASSINATURA

Sky, Directv e Tecsat

ANTENA PARABÓLICA

Sistema analógico:

Satélite - B1

Transponder - 11 A2 Polarização: Horizontal

Frequência - 4.130 MHz

Sistema digital:

Satélite - B1

Transponder - 1 BE (Banda Estendida), Polarização: Vertical

Frequência - 3.644,4 MHz

Frequência (Banda - L) - 1.505,75 MHz

Antena - 3,6 m

PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG-2 DVB

Symbol Rate - 3,2143Ms/s

FEC - 3/4

UHF

Canal 51, no Distrito Federal

4h30 - De Coração
5h - Especiais
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania
7h - Fala Cidadão
7h30 - Entrevista
8h - Jornal do Senado
8h30 - De Coração
9h - Especiais
9h30 - Leituras
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Fala Cidadão
11h30 - Especiais
12h - Jornal do Senado
12h30 - Entrevista
13h - Cidadania
14h30 - Espaço Cultural
16h - Debate Brasil/Especiais
17h - Fala Cidadão
17h30 - Entrevista
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
19h - Cidadania
20h - Conversa de Músico
20h30 - Leituras
21h - Idéias
21h30 - Espaço Cultural
23h - Fala Cidadão
23h30 - De Coração
24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

Rádio Senado

SEGUNDA-FEIRA

8h - Senado Notícias
9h - Música e Informação
12h - Conexão Senado
13h40 - Senado Notícias
14h - Plenário (ao vivo)
19h - Voz do Brasil (ao vivo)
20h - Música e Informação
22h - Senado Notícias
23h - Vozes do Século XX (reprise)

TERÇA-FEIRA

8h - Senado Notícias
9h - Música e Informação
9h30 - Senado Repórter
10h - Comissões (ao vivo)
13h40 - Senado Notícias
14h - Plenário (ao vivo)
19h - Voz do Brasil (ao vivo)
20h - Música e Informação
22h - Senado Notícias
23h - Jazz & Tal (reprise)

QUARTA-FEIRA

8h - Senado Notícias
9h - Música e Informação
9h30 - Senado Repórter
10h - Comissões (ao vivo)
13h40 - Senado Notícias
14h - Plenário (ao vivo)
19h - Voz do Brasil (ao vivo)
20h - Música e Informação
22h - Senado Notícias
23h - Música do Brasil (reprise)

QUINTA-FEIRA

8h - Senado Notícias
9h - Música e Informação
9h30 - Senado Repórter
10h - Comissões (ao vivo)
13h40 - Senado Notícias
14h - Plenário (ao vivo)
19h - Voz do Brasil (ao vivo)
20h - Música e Informação
22h - Senado Notícias
23h - Escala Brasileira

SEXTA-FEIRA

8h - Senado Notícias
9h - Plenário (ao vivo)
12h - Música e Informação
14h10 - Senado Notícias
14h30 - Música e Informação
19h - Voz do Brasil (ao vivo)
20h - Música e Informação
22h - Senado Notícias
23h - Música e Informação

SÁBADO

8h - Música e Informação
9h - Prosa e Verso
11h - Música Erudita
12h - Música e Informação
16h - Música do Brasil
17h - Música e Informação
20h - Escala Brasileira
21h - Música e Informação
22h - Vozes do Século XX
23h - Música e Informação

DOMINGO

8h - Brasil Regional
9h - Autores e Livros
9h30 - Música e Informação
11h - Música do Brasil (reprise)
12h - Música e Informação
15h - Música Erudita (reprise)
16h - Música e Informação
17h - Vozes do Século XX (reprise)
19h - Música e Informação
20h - Jazz & Tal
21h - Música e Informação

Como sintonizar

FM

Frequência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas

ONDAS CURTAS

Frequência de 5990 KHz, na faixa de 49 metros, nas regiões Norte e Nordeste

INTERNET

No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio do Real Player ou Windows Media Player

ANTENA PARABÓLICA

Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na frequência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2

RESENHA

Primeiro relato sobre a história holandesa no Brasil

Expoente da Companhia das Índias Ocidentais, o autor flamengo Johannes de Laet conta pela primeira vez a história dos holandeses no Brasil sob o governo de João Maurício de Nassau. O livro reúne gravuras que representam vistas, entre outras, da Bahia, Rio Grande do Norte, Paraíba e Olinda.



LAET, Johannes de. *Historie ofte laerlijck Verhael van de Verrichtingen der Geotroyeerde Weste-Indische Compaigne, Zedert haer Bejin tot het eynde van 't jaer seshien-hondert ses-en-dertich; Begrepen in Derthien Boecken, Ende met verscheyden Koperen Platen verciert:*

Beschreven door Ioannes de Laet Bewint-hebber der selver Compaignie. Tot Leyden, By Bonaventuer ende Abraham Elsevier, Anno 1644, 544 p., il.

Dois volumes sobre os descobrimentos portugueses

Joseph François Lafitau, natural de Bordeaux, França, entrou em 1696 para a Companhia de Jesus, que o enviou, em 1712, ao Canadá, onde permaneceu por cinco anos. O relato sobre os descobrimentos portugueses contém, em dois volumes, pequenos trechos sobre o Brasil e Pedro Álvares Cabral, cuja rota de viagem é apresentada em mapa, juntamente com as de Vasco da Gama e Fernão de Magalhães. Trata-se da primeira edição da obra, contendo gravura e vinheta gravadas por Jean Baptiste Scotin.



Lafitau, Joseph François. *Histoire des decouvertes et conquestes des portugais dans le nouveau monde, avec des figures en taille-douce.* Paris: Saugrain Perre Et Jean Baptiste Coignard Fils, 1733. 2 v., il.

As resenhas e as imagens de obras raras, veiculadas quinzenalmente neste espaço, foram produzidas pela Biblioteca do Senado. Mais informações podem ser obtidas no site www.senado.gov.br/sf/biblioteca, pelo e-mail sbib@senado.gov.br ou pelo telefone (61) 3311-3943.

SENADO



Simone Bastos discursa na presença de Maciel (D), Renan, ACM, Tuma, Garibaldi e Agaciel

Biblioteca lança “180 anos de história viva”

Os 180 anos da Biblioteca do Senado foram comemorados em solenidade na semana passada. Foi lançado o livro *Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho: 180 anos de história viva*, um resgate da memória do órgão, criado em 18 de maio de 1826, numa sessão relembrada durante a cerimônia por meio de encenação.

– A história do Senado e do Brasil estão depositadas aqui – disse a diretora da biblioteca,

Simone Bastos Vieira, referindo-se não só às obras editadas desde a instalação como a registros das atividades da Casa. Ela chamou a atenção para o investimento em bibliotecas como uma “estratégia de desenvolvimento” e para a importância do papel dos bibliotecários.

Após a diretora, discursaram o diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia; o senador Marco Maciel (PFL-PE), autor de um dos prefácios do livro, ao lado

do senador José Sarney (PMDB-AP); e o presidente da Casa, Renan Calheiros, que salientou a relevância do programa de digitalização das obras raras da biblioteca.

Renan e Simone descerraram a placa comemorativa dos 180 anos, abrindo a exposição que mostra o conteúdo do livro, também visitada pelos senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), Romeu Tuma (PFL-SP) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

1ª Bienal do Livro da Paraíba tem a participação do Senado

O Senado Federal participa, até o próximo domingo, dia 28, da 1ª Bienal Nacional do Livro da Paraíba, em João Pessoa. Nesta quinta-feira, o 1º secretário, senador Efraim Morais (PFL-PB), lançará o quinto volume da coleção *Grandes Vultos que Honraram o Senado*. Dessa vez o homena-

geado é o paraibano Humberto Lucena.

Na mesma data, o Senado lançará *A História da Conquista da Paraíba*, de autor anônimo, e o livro *Direito Constitucional Brasileiro – Constituição de 1946*, obra dividida em três tomos do cientista político Octaciano Nogueira.

Museu Histórico homenageia Nelson Carneiro

O Dia Internacional dos Museus (17 de maio) foi comemorado pelo Museu Histórico do Senado com uma homenagem ao seu fundador e patrono, Nelson Carneiro (1910-1996). Foi inaugurado um busto do senador no Salão Nobre, onde está exposta parte do acervo, que aguarda a construção da sede definitiva em terreno próximo ao Senado.

Aconteceu no Senado



Assembleia foi convocada por dom Pedro I para aprovar aumento de impostos visando custear Guerra Cisplatina

Sessão imperial instalou Câmara e Senado

Ao meio-dia de 6 de maio de 1826, o imperador do Brasil dom Pedro I instalou, no prédio do Paço do Senado, no Rio de Janeiro, a Assembléia Geral do Império do Brasil. A chamada sessão imperial, segundo a Carta Constitucional de 1824, deveria sempre ocorrer no dia 3 de maio, data em que – até o quarto centenário – se comemorava o descobrimento do Brasil. O atraso aconteceu por divergências entre as câmaras com relação ao cerimonial.

Em sua “Fala do Trono” aos membros da Câmara de Deputados e Senado (então Câmara de

Senadores), dom Pedro I se comprometeu com o fortalecimento das recém-criadas instituições.

O país precisava assegurar a integridade territorial, garantida à base de muita negociação, em geral conduzida por senadores. A convocação por dom Pedro I vinha da necessidade urgente de a Assembléia autorizar aumento de impostos, para que o governo pudesse arcar com os altos custos da guerra na Província Cisplatina – esta, dois anos mais tarde, seria reconhecida por Brasil e Argentina como nação independente: a República Oriental do Uruguai.

Os senadores no Império eram escolhidos pelo monarca a partir de listas tríplices de candidatos eleitos nas províncias por votação indireta e majoritária. O cargo, vitalício, só podia ser ocupado por brasileiros com 40 anos ou mais e rendimento anual acima dos 800 mil-réis.

Em 29 de abril de 1826, na primeira sessão preparatória, foram eleitos, por aclamação, o senador José Egídio Álvares de Almeida para a Presidência da Mesa Diretora da Casa e o senador Francisco de Assis Mascarenhas, para a Vice-Presidência.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Slhessarenko, Papatéo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, Flávio Faria, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Valter Gonçalves Júnior.
Reportagem: Alexandre Guimarães, Cíntia Sasse, João Carlos Teixeira, Mikhail Lopes, Paula Pimenta, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil.

Diagramação: Ana Rita Grilo, Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Agência Senado

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Sílvia Gomide e

Davi Emerich (61) 3311-1670
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Cheque ainda tem vez na vida moderna

Num mundo onde as lojas têm “maquininhas” ligadas aos bancos, pode parecer que o cheque tenha sido abandonado pelo consumidor, encantado com a praticidade dos cartões. Mas é só impressão. O velho talão, que, aliás, está dando lugar ao cheque impresso na hora pelos terminais de auto-atendimento, ainda paga a maior parte das contas dos brasileiros.

Em dezembro último foi compensada no país uma média diária de 7,8 milhões de cheques, segundo o Banco Central. Ao longo de 2005 foram emitidos cerca de 2,54 bilhões de cheques, que

movimentaram aproximadamente R\$ 2,27 trilhões (valor médio de R\$ 781 por cheque).

O cheque é uma ordem de pagamento à vista (para o banco que deve pagar) e um título de crédito (para o beneficiário que o recebe). Pode ser executado – processo em que o beneficiário exige na Justiça o pagamento do cheque – e protestado (medida extrajudicial em que, a pedido do beneficiário, o cartório notifica o emitente e define prazo para pagamento, findo o qual o emitente pode ser incluído em cadastro de devedores e impedido de obter certidão negativa de protesto).

Informações para um preenchimento correto

O cheque deve conter a palavra “cheque”; a ordem incondicional de pagar a quantia determinada; o nome do banco ou da instituição financeira que deve pagar (sacado); a indicação do lugar de pagamento; a data e o lugar da emissão e a assinatura do emitente. O cheque pode ser:

▶ **Nominal** – apresentado pelo beneficiário indicado, que pode endossá-lo (transferir o pagamento a outra pessoa);

▶ **Nominal não-à ordem** – não pode ser endossado, e é

identificado pelas expressões “não-à ordem”, “não-transferível” ou “proibido o endosso”, escritas após o nome do beneficiário;

▶ **Ao portador** – não tem nome do beneficiário e é pagável a quem o apresente. Não pode ter valor superior a R\$ 100.

Se o valor numérico do cheque for diferente do valor por extenso, o banco considera apenas o valor por extenso. Já o cheque cruzado (com duas linhas paralelas inclinadas) só pode ser depositado.

É preciso atenção aos prazos

Para apresentação – Trinta dias, a contar da data de emissão, para cheques emitidos na praça do sacado; e 60 dias para emitidos em outra praça.

De prescrição – Seis meses após o fim do prazo de apresentação. O banco não pode pagar cheque prescrito e o devolve com o código 44.

Para compensação:

▶ Para cheque depositado na mesma praça ou entre praças da mesma regional do sistema de compensação: dois dias úteis para valor até R\$ 300, e um dia útil para os demais.

▶ Para cheques depositados em praças de regionais diferentes, o prazo varia de três a quatro dias úteis. Os prazos são contados a partir do dia útil seguinte ao do depósito.

Dicas para usar bem o cheque

Embora sendo prática abusiva, as lojas vêm dando desconto para pagamento com cheque em vez do cartão. Fique atento: o cheque pré-datado não está previsto na legislação. Avalie se não há risco do seu cheque ser apresentado antes do previsto e, por precaução, mantenha fundos suficientes.

Use cheque se você não consegue resistir ao “pagamento mínimo” do cartão de crédito. Se você abusou, cancele os cartões e use cheque para pagamento à vista. Você economiza em tarifas e recupera o controle dos gastos.

O cheque especial deve ser usado apenas num momento de necessidade. Não o inclua como parte do seu orçamento. E lembre-se, os bancos cobram tarifa por cheque abaixo de R\$ 50.

Ninguém é obrigado a aceitar cheque

Nenhum estabelecimento é obrigado a aceitar cheque, mas deve colocar, perto do caixa, aviso sobre a restrição.

Instituição que receba tributo é obrigada a aceitar cheque.

A empresa ou instituição que aceitar cheque não pode exigir que a conta tenha mais de seis

meses de existência ou que o cheque seja da praça, devendo receber também cheque de pessoa jurídica.

Nunca ande com cheque assinado e cruze os cheques que emitir, a fim de evitar o saque na boca do caixa por parte de alguém mal-intencionado.

2005: participação do cheque entre os meios de pagamento em volume



Para bloquear pagamento de cheque roubado ou furtado

1. Como impedir o pagamento de cheque emitido por você?

Você ou o beneficiário (se o cheque for nominal) podem suspender de imediato o pagamento, suspendendo o cheque; ou dar uma contra-ordem, que revoga o cheque e só vigora após 30 dias da emissão.

2. Os bancos podem impedir ou limitar a sustação?

Não, mas podem cobrar tarifa.

3. O banco é obrigado a informar ao portador a razão da sustação? Sim.

4. O banco é obrigado a fornecer ao portador dados do emitente do cheque devolvido?

Somente quando o cheque for devolvido pelos motivos 11, 12, 13, 14, 21 e 22 (ver ao lado) e o portador estiver devidamente qualificado. Nos demais casos, o banco fica impedido de dar informação.

5. Se o cheque foi sustado por furto ou roubo, o banco pode fornecer ao portador os dados do emitente? Não.

6. Tenho que pagar tarifa pela sustação por roubo ou furto? Não, estando liberado da tarifa de exclusão do CCF (veja abaixo).

7. Posso sustar um cheque devolvido por falta de fundos antes da segunda apresentação? Sim.

8. Quais as consequências de emitir cheque sem fundos ou de sustar indevidamente seu pagamento?

O emitente é incluído no CCF e nos cadastros de devedores dos serviços de proteção ao crédito. O beneficiário também pode protestá-lo e executá-lo. A emissão proposital de cheque sem fundos também configura crime de estelionato.

Os direitos do consumidor

▶ O cliente ou portador do cheque é obrigado a comunicar ao banco com antecedência o saque de quantia superior a R\$ 5 mil. Caso contrário, o banco poderá realizar a operação no expediente seguinte.

▶ O banco é responsável pelo talão até sua entrega ao cliente.

▶ O banco é obrigado a fornecer ao cliente maior de 16 anos um talão de cheques por mês gratuitamente (desde que o cliente não esteja no CCF e atenda às condições para abertura da conta), sem exigir saldo mínimo, como opção para movimentação da conta.

Principais motivos para devolução

Estes são os códigos utilizados pelos bancos para explicar a razão da devolução de cheques:

- 11 – cheque sem fundos na primeira apresentação;
- 12 – cheque sem fundos na 2ª apresentação (inclui no CCF);
- 13 – conta encerrada (inclui no CCF);
- 14 – prática espúria (inclui no CCF);
- 20 – folha de cheque cancelada pelo correntista;
- 21 – contra-ordem ou sustação;
- 22 – divergência ou insuficiência de assinatura; e
- 28 – contra-ordem ou sustação por furto ou roubo.

O banco deve registrar no verso do cheque o código do motivo, a data e a assinatura do funcionário. O banco é obrigado a comunicar ao correntista a devolução de cheques pelos motivos 12, 13 e 14.

Como excluir nome do CCF, o Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundo

Para saber se seu nome está incluído no CCF, procure uma central de atendimento do Banco Central. Os demais bancos também devem fornecer essa informação a seus clientes sem cobrar tarifa.

Quando a conta é conjunta, são incluídos no CCF os nomes e os CPF de todos os titulares.

A exclusão do CCF deve ser solicitada à agência que efetuou a inclusão. O cliente deve comprovar o pagamento do cheque mediante:

▶ a entrega do próprio cheque

ou de extrato da conta com o débito relativo ao cheque; ou

▶ a declaração do beneficiário dando quitação do débito, autenticada por tabelião ou abonada pelo banco, acompanhada da cópia do cheque e das certidões negativas dos cartórios de protesto relativas ao cheque.

Comprovado o pagamento, o banco tem cinco dias úteis para excluir o nome. O executante do sistema (Banco do Brasil) tem o prazo de cinco dias úteis para consolidar as inclusões e exclusões.

Informações, legislação e projetos de lei

Informações

▶ **Banco Central do Brasil**
www.bacen.org.br – 0800-99-2345
SBS – Quadra 3 – Bloco B
70074-900 – Brasília (DF)

▶ **Portal do Consumidor** (acesso ao Procon de cada estado)
www.portaldodoconsumidor.gov.br

Legislação

Leis 7.357/85 (Lei do Cheque), 10.406/02 (Código Civil), 5.172/66 (Código Tributário Nacional) e 8.078/90 (Defesa do Consumidor).

Projetos de lei

PLS 285/04 – Institui o cheque promissivo. Autor: o então senador Duciomar Costa.

PLS 346/04 – Dispõe sobre o conteúdo do cheque. Autor: senador Aloizio Mercadante (PT-SP).

PL 6.236/05 – Estabelece a responsabilidade dos bancos para o pagamento de cheque sem fundos até o limite de R\$ 150.

PL 5.517/05 – Veda a inserção de data de abertura de conta nos talonários de cheque expedidos por

instituições bancárias ou financeiras.

PL 5.400/05 – Proíbe o preenchimento de dados pessoais no verso do cheque.

PL 5.121/05 – Obriga as instituições financeiras a divulgarem a tabela de preços de todos os seus serviços.

PL 4.798/05 – Obriga a impressão de fotografia do rosto do titular e do co-titular da conta nos cheques.

Todos os projetos podem ser consultados nas páginas do Senado (www.senado.gov.br) e da Câmara (www.camara.gov.br) na internet.